



**António Constantino
Soares de Sousa**

**Regime Jurídico e Fiscal das SGPS: Evolução e
Estudo Comparado**



**António Constantino
Soares de Sousa**

**Regime Jurídico e Fiscal das SGPS: Evolução e
Estudo Comparado**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade, ramo Auditoria, realizada sob a orientação científica da Doutora Helena Coelho Inácio, Professora Adjunta da Universidade de Aveiro e do Licenciado Carlos Alberto Valente dos Anjos, Equiparado a Assistente do 2.º Triénio da Universidade de Aveiro.

o júri

presidente

Prof. Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo
Professor Adjunta da Universidade de Aveiro

Doutor Ilídio Tomás Lopes
Professor auxiliar do Instituto Universitário de Lisboa

Prof. Doutora Helena Coelho Inácio
Professor Adjunta da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Às pessoas a quem a Vida me concedeu o privilégio de conhecer e que por via da sua nobreza, da sua confiança e do seu estímulo me ajudaram a que se tornasse possível este projeto e, em especial, à minha família.

Aos meus orientadores, Professora Doutora Helena Inácio e Dr. Carlos Anjos, o meu grato agradecimento pela disponibilidade, sugestões e contribuições apresentadas, bem como pelo empenho e estímulo que sempre me transmitiram.

Deixo ainda uma palavra de apreço a todos os professores e colegas do ISCA-UA que me acompanharam ao longo destes anos.

A todos, um grande Bem-Haja.

palavras-chave

SGPS, tributação, encargos financeiros, participações sociais.

resumo

A presente dissertação tem como principal objetivo, analisar o regime jurídico e fiscal das Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS).

Iniciamos o estudo com uma análise ao conceito de sociedade holding. De seguida analisamos o regime jurídico, fiscal e contabilístico das SGPS localizadas em Portugal.

É também objetivo deste estudo, evidenciar o impacto fiscal da aquisição de participações sociais na esfera do acionista do grupo, tendo beneficiado no passado da isenção das mais-valias da alienação das ações.

Por fim, no plano do Direito Comparado, demonstramos a falta de competitividade do regime jurídico e fiscal português das SGPS através das análise dos regimes jurídicos e fiscais das sociedades *holdings* espanholas e holandesas.

As conclusões da dissertação dizem essencialmente respeito ao regime fiscal português, verificando-se uma disfuncionalidade entre a ordem económico-financeira e a otimização fiscal.

keywords

Holding, taxation, Cost of debt, Participation.

abstract

This thesis aims to analyze the legal and tax regime of the Portuguese holding companies (SGPS).

We will begin this study with an analysis on the concept of holding. Then, we will analyze the legal, tax and accounting of SGPS located in continental Portugal.

It is study also the aim of this study to show the tax impact of the acquisition of shares in the sphere of the shareholder group, benefiting from the exemption of capital gains from the share selling.

Finally, in terms of Comparative Law States emphasizes the lack of competitiveness of the legal regime and the Portuguese tax regime for holding companies through the analysis of the legal and tax regime for holding companies by Spanish and Dutch.

The conclusions of the thesis focus mainly on the Portuguese tax system, verifying an anomaly between the economic -financial and tax benefit.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL	VI
ÍNDICE DE GRÁFICOS	VIII
ÍNDICE DE FIGURAS	IX
ÍNDICE DE QUADROS	X
SIGLAS E ACRÓNIMOS	XI
INTRODUÇÃO	1
1. REVISÃO DA LITERATURA	5
1.1. Conceitos	5
1.2. Enquadramento jurídico e societário	7
1.2.1. Características societárias e o objeto social	8
1.2.2. Participações admitidas	9
1.2.3. Prestação de serviços	10
1.2.4. Operações vedadas	11
1.2.5. Obrigações das SGPS e das suas participadas	12
1.3. Enquadramento fiscal	15
1.3.1. Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	15
1.3.1.1. Dividendos recebidos/distribuídos	16
1.3.1.2. As alterações aos mecanismos para evitar a dupla tributação económica de lucros distribuídos e o seu impacto nas SGPS	17
1.3.1.3. Tributação das mais ou menos-valias	21
1.3.1.4. Encargos financeiros	24
1.3.1.5. Aplicabilidade do regime especial de tributação dos grupos de sociedades	27
1.3.2. Imposto do selo	28
1.3.3. Imposto sobre o valor acrescentado	29
1.4. Enquadramento contabilístico	30
1.5. Proposta de Lei 175/XII – Procede à reforma da tributação das sociedades	35
2. ESTUDO DO INTERESSE NA CONSTITUIÇÃO DE UMA SGPS	39
2.1. Otimização fiscal na alienação das participações fiscais à SGPS	39
2.2. As sociedades <i>holding</i> no direito comparado: experiência espanhola e holandesa	46
2.2.1. O regime espanhol	46
2.2.2. O regime holandês	48
2.2.3. Síntese geral dos regimes fiscais das sociedades <i>holding</i>	50
3. CONCLUSÕES	55
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
Livros/artigos/revistas/monografias/estudos	59

Legislação.....	61
ANEXOS.....	63
ANEXO I - Tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal, Holanda e Espanha.....	65

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução do investimento direto de Portugal no estrangeiro, 2007-2012	1
Gráfico 2. Investimento direto de Portugal no estrangeiro, por setores e por países destino ...	2
Gráfico 3. Variação do número de SGPS não financeiras em Portugal, 2005-2011	21

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Modalidades das sociedades <i>Holding</i>	5
Figura 2. Organograma do Grupo Galp da Energia	7
Figura 3. Impacto da LOE 2011 na tributação dos lucros distribuídos.....	18
Figura 4. Evolução do regime de tributação das mais-valias obtidas por uma SGPS na alienação de participações sociais.....	22
Figura 5. Classificação e enquadramento contabilístico aplicável à detenção de partes de capital, quer no normativo nacional, quer no normativo internacional	31
Figura 6. Enquadramento fiscal das partes de capital.....	33
Figura 7. Esquematização genérica da constituição de uma SGPS com a finalidade da isenção das mais-valias na esfera pessoal do acionista	41
Figura 8. Resultado da reorganização empresarial	42

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Regime atual aplicável às mais ou menos-valias fiscais das SGPS.....	22
Quadro 2. Regime atual aplicável aos encargos financeiros das SGPS	25
Quadro 3. Principais diferenças de tributação em IRC entre as SGPS e as restantes sociedades.....	26
Quadro 4. Análise das principais alterações fiscais da proposta de reforma da tributação das sociedades.....	37
Quadro 5. Percentagem e custo de aquisição das subsidiárias.....	43
Quadro 6. Balanço da SGPS, 2009 a 2012	43
Quadro 7. Dados adicionais sobre as subsidiárias da SGPS, 2009 a 2012	44
Quadro 8. Impacto fiscal da reorganização empresarial	44
Quadro 9. Quadro comparativo de regimes fiscais de tributação das sociedades <i>holding</i>	51
Quadro 10. Quadro comparativo das convenções para evitar a dupla tributação celebradas exclusive por Portugal, Holanda e Espanha	52

SIGLAS E ACRÓNIMOS

CEE	Comunidade Económica Europeia
CFC	<i>Controlled foreign comparison</i>
CIRC	Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
CIRS	Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
CIS	Código do Impostos do Selo
CIVA	Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
CSC	Código das Sociedades Comerciais
EBF	Estatuto dos Benefícios Fiscais
EEA	<i>European Economic Area</i>
ETVE	<i>Entidades de tenencia de valores extranjeros</i>
EU	<i>European Union</i>
IAS	<i>International Accounting Standard</i>
IDPE	Investimento direto português no estrangeiro
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MEP	Método da equivalência patrimonial
NCRF	Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONU	Organização das Nações Unidas
RETGS	Regime especial de tributação dos grupos de sociedades
RJSGPS	Regime jurídico das sociedades gestoras de participações sociais
SGPS	Sociedade gestoras de participações sociais
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
TJCE	Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias

INTRODUÇÃO

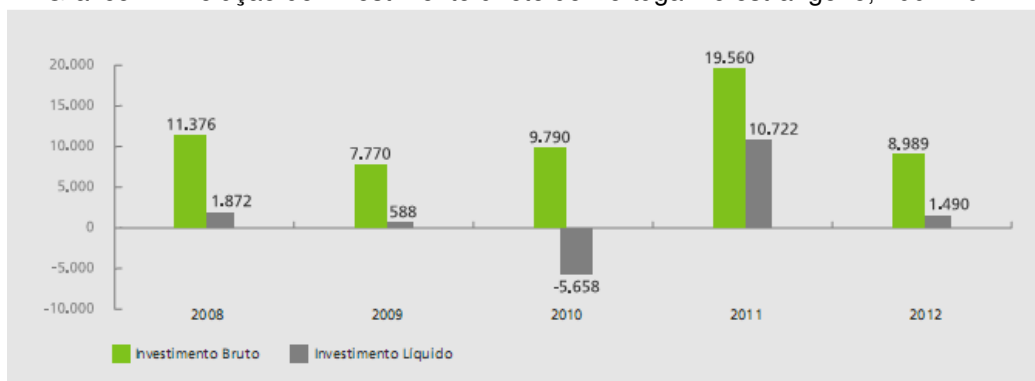
Justificação e relevância da investigação

Ao longo das duas últimas décadas, a constituição de Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS) é um fenómeno que tem gozado de uma expansão significativa no mercado português, uma vez que os grupos empresariais e o próprio Estado se organizaram em estruturas societárias com múltiplos níveis de participação, tipicamente encabeçados por uma SGPS que, por sua vez, podem deter diversas *sub-holdings* por cada área de negócio. Em 2011 existiam 3.372 SGPS em Portugal, resultado do aumento de 1.260 SGPS, de 2004 a 2010, representando 37% do total de SGPS em 2011.

Num recente relatório sobre o investimento mundial 2013, emitido pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2013), foi dada particular atenção a Portugal no que diz respeito à retirada e mudança de grandes empresas para o exterior, que terão repercussões potencialmente sérias nas receitas fiscais do Estado.

Tais deslocalizações são particularmente pertinentes para os padrões recentes do investimento direto estrangeiro português, salientou a ONU (UNCTAD, 2013), lembrando que o investimento direto português no estrangeiro (IDPE) registou uma variação de 10,7 mil milhões de euros em 2011 para 1,5 mil milhões em 2012, movimento que se justifica com o redirecionar de investimento para a Holanda, dando como exemplo o caso do grupo Jerónimo Martins, conforme se observa no gráfico 1.

Gráfico 1. Evolução do investimento direto de Portugal no estrangeiro, 2007-2012

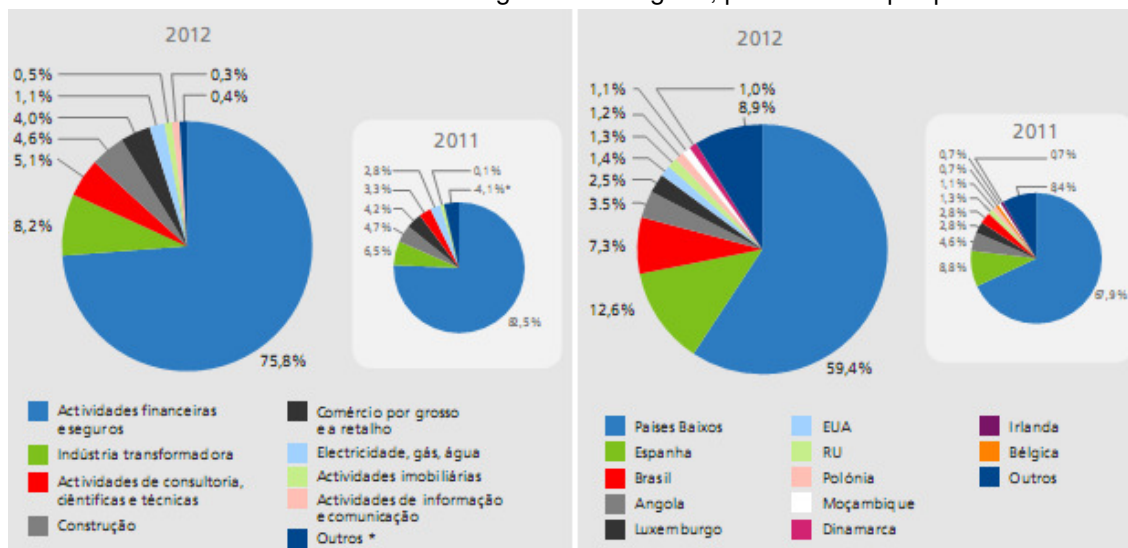


Fonte: Banco de Portugal (2013) in AICEP (2013); Unidade monetária: Milhões Euros.

As atividades financeiras e de seguros, onde se enquadram as sociedades *holding*, de acordo com o gráfico 2, foram aquelas em que as empresas portuguesas mais investiram em 2012 (76% do total). A Holanda lidera, com larga margem (59%), o ranking dos

mercados de destino do IDPE, seguindo-se Espanha (13%), o Brasil (7%), Angola (4%) e Luxemburgo (3%).

Gráfico 2. Investimento direto de Portugal no estrangeiro, por setores e por países destino



Fonte: Banco de Portugal (2013) in AICEP (2013).

Dada a necessidade de reestruturação da política fiscal internacional do Estado português, em matéria da posição de Portugal na negociação das convenções para eliminar a dupla tributação económica e da introdução no ordenamento jurídico-nacional de um regime mais competitivo de *participation exemption*¹, de modo a contribuir para atração de investimento estrangeiro, a proposta de reforma da tributação das sociedades é apontada como decisiva para reforçar a competitividade e internacionalização das empresas portuguesas.

Neste contexto, interessa conhecer as motivações associadas à constituição de uma SGPS, pelo que importa responder à seguinte questão:

Do ponto de vista fiscal, existe competitividade face aos regimes europeus de referência para incentivar os grupos económicos a constituir uma SGPS?

Para nos ajudar a dar resposta a esta questão, definimos os seguintes objetivos:

- ✓ Aferir as principais vantagens fiscais decorrentes da constituição de uma SGPS;
- ✓ Identificar as principais diferenças entre o regime português de tributação e os da Holanda e de Espanha, enquanto ordenamentos europeus de referência.

¹ Também é conhecido por regime de privilégio de afiliação que se traduz num regime de isenção a nível da sociedade *holding* relativamente a dividendos recebidos ou pagos, assim como nas mais-valias fiscais realizadas na alienação das partes de capitais detidas por ela.

Para atingir tais objetivos, analisámos a evolução do normativo relativo às SGPS, concebemos um exemplo prático que pretende mostrar uma das maiores vantagens fiscais derivadas da constituição de uma SGPS e efetuámos uma comparação com os regimes fiscais espanhóis, enquanto ordenamento que partilha o mesmo espaço geográfico e holandeses, pelo reconhecimento enquanto jurisdição fiscal estável, competitiva e amigável.

Para a concretização do estudo foi utilizada uma metodologia qualitativa e de base documental, considerando o facto de se tratar de um estudo interpretativo, descritivo e comparativo.

A presente dissertação encontra-se dividida em dois capítulos.

No 1.º capítulo, apresentamos uma visão geral do atual regime jurídico e fiscal das SGPS. Focaremos sobretudo o regime de eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos e a tributação das mais e menos-valias e o tratamento dos encargos financeiros.

No 2.º capítulo, analisaremos uma prática regular de reorganização empresarial liderada por uma SGPS, o qual beneficiava os acionistas da isenção da mais-valia na alienação de ações, detidas há mais de 1 ano, com o objetivo de receber lucros da participada sem tributação. No plano do direito comparado, efetuámos a análise entre o sistema fiscal português, holandês e espanhol, à luz da legislação vigente, de forma a estudarmos a competitividade de cada país.

Por fim, retiramos as principais conclusões que o estudo gerou, apresentamos as limitações do mesmo e sugestões para estudos futuros.

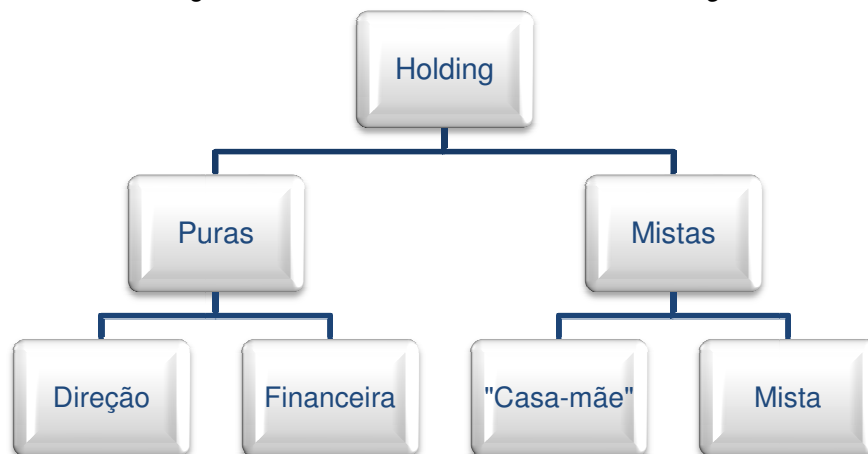
1. REVISÃO DA LITERATURA

1.1. Conceitos

A expressão *holding* provém do termo *to hold* o que significa, isto é, deter, possuir. A sociedade *holding* é, à partida, aquela cujo objeto reside na detenção duradoura de participações sociais de sociedades juridicamente independentes. As sociedades *holding* surgem como um modo de organização prática de grupos económicos. Nessa linha de pensamento Simons (1927: p. 10) referiu que "*Holding Company may be defined as a company whose principal object is to acquire so many shares in other companies, as shall give it the necessary majority and power to control the operations of the latter companies, and thus to form, for practical purposes, one large, well-knit organization without affecting the other separate units of the organization*".

Cordeiro (2004) identificou 4 formas de *holding*: *holding* “casa-mãe”, *holding* de direção, *holding* mista e *holding* financeira, conforme ilustrado na figura 1:

Figura 1. Modalidades das sociedades *Holding*



Fonte: Elaboração própria.

A *holding* “casa-mãe” detém participações sociais, mas estas surgem como um complemento da atividade principal.

A *holding* de direção detém participações sociais, cujo objetivo passa por controlar ou assumir uma posição relevante nas sociedades participadas.

A *holding* mista detém participações sociais, gerindo-as numa ótica de grupo paralelamente à sua atividade produtiva (industrial, comercial ou financeira).

A *holding* financeira não tem funções produtivas, limitando a sua atuação a uma mera administração das suas participadas e a questões financeiras conexas.

Da análise ao regime jurídico português verificamos que as SGPS não podem exercer qualquer atividade económica de natureza comercial, industrial ou financeira. Noutros ordenamentos jurídicos, ou não existe o conceito de *holding* pura, correspondente às SGPS, ou existe a possibilidade de uma sociedade deter participações sociais e desenvolver outro tipo de atividade económica (*holding* mista).

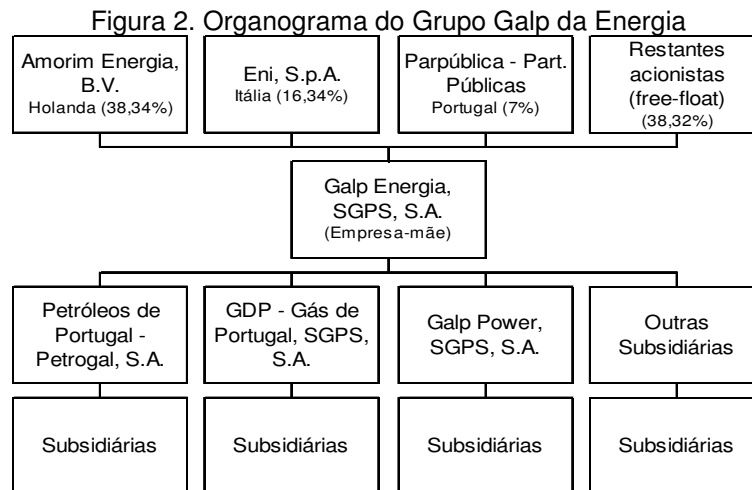
A doutrina portuguesa tem afirmado que o legislador optou pela *holding* de direção embora a prática dos grupos económicos seja uma conjugação da *holding* de direção com a *holding* financeira, concedendo para além da detenção de participações, o gozo de prestar serviços técnicos de administração e gestão e a possibilidade de conceder crédito às suas participadas em determinadas circunstâncias, assumindo um papel ativo na gestão das mesmas.

As SGPS servem para estruturar os negócios dos grupos empresariais, refletindo-se numa especialização em termos de gestão, proporcionando visíveis vantagens económicas, tais como (Ferreira, 2006):

- Criação de uma entidade jurídica especializada e vocacionada para o estudo da tomada de participações e o seu posterior acompanhamento;
- Concertação entre os tomadores de posições na própria SGPS ao mesmo tempo que se dá ao conjunto dos detentores da SGPS maior poder derivado da força económica que propicia a concentração das posições sociais nas empresas afiliadas;
- Favorecimento de certa unidade e constância na direção das várias empresas participadas e bem assim o seu controlo por intermédio da ação controlo e/ou supervisão da SGPS;
- Propiciação mais adequada na orientação dos investimentos a realizar, que passarão a ser executados segundo planos interligados e após estudos de rendibilidade devidamente centralizados e acompanhados;
- Colocação e angariação dos meios financeiros mais racionais, ou, de outro modo, a busca de equilíbrio entre necessidades reais de certas empresas e excessos de outras, com vista à canalização apropriada dos recursos financeiros.

Em Portugal, os grupos empresariais e o próprio Estado, ao longo das duas últimas décadas e meia, organizaram-se em estruturas societárias com múltiplos níveis de participação. Tipicamente, estes grupos são encabeçados por uma SGPS que, por sua vez, podem deter diversas *sub-holdings* por cada área de negócio.

A SGPS, por seu lado, é controlada pelo fundador (normalmente através de uma *holding* familiar), é participada por investidores minoritários (muitas vezes com interesses estratégicos no negócio do grupo) e, nos casos de maior volume, chega mesmo a ter parte do seu capital cotado na bolsa de valores (*free-float*). Como podemos verificar, a título exemplificativo, na estrutura societária e jurídica do Grupo da Galp Energia representado na figura 2.



Fonte: Elaboração própria.

1.2. Enquadramento jurídico e societário

A criação das SGPS surge num contexto de preparação para a integração no mercado único europeu, em que se tornava imprescindível o fortalecimento do tecido empresarial português, para o qual as sociedades de controlo² existentes se mostravam obsoletas.

Era necessário incentivar a criação de grupos económicos, criando um instrumento mais flexível e eficiente que permitisse a gestão centralizada e especializada de participações sociais de modo a enfrentar a forte concorrência externa que se iria sentir com a abolição das fronteiras no interior do mercado europeu. De facto, “*numa ótica de gestão interempresarial de projetos e assumindo uma importância crescente devido à formação de estruturas concentracionárias de empresas em holding, as SGPS avultam no contexto das empresas prestadoras de serviços a outras empresas, pela natureza sui generis da sua atividade*” (Roque, 2005: p.143).

² Decreto-Lei n.º 271/72, de 2 de agosto.

Em 1988, foi criado o regime legal da primeira sociedade *holding* portuguesa – a Sociedade Gestora de Participações Sociais – SGPS. Tendo sido consagrado um regime jurídico particular.

Está patente no legislador a ideia de que a SGPS não é mais do que um mecanismo de concessão de benefícios a utilizar pelos empresários como se refere no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de dezembro, “*O regime fiscal que o presente diploma adota para as SGPS, em sequência da Lei n.º 98/98, de 17 de Agosto, tem em vista a concessão de benefícios, sem os quais, de resto, tais sociedades teriam viabilidade duvidosa ou pouco interesse prático*”.

Este diploma fixa um conjunto de regras especiais, sendo aplicado a título subsidiário o previsto no Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Seguidamente, é efetuada uma sistematização das principais linhas em que atualmente se consubstancia o regime jurídico e fiscal aplicado a este tipo particular de sociedade. Quando não for expressamente identificado um diploma legal deve entender-se que estamos a referir-nos ao Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de dezembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 318/94, de 24 de dezembro e 378/98, de 27 de novembro, e pela Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro (RJSGPS).

1.2.1. Características societárias e o objeto social

A criação de um RJSGPS foi essencialmente delineado com o objetivo de promover a criação de grupos económicos, permitindo a consolidação das empresas portuguesas, através da agregação numa única entidade participante e tentando tirar vantagens na gestão centralizada destas.

As SGPS podem ser constituídas sob a forma de sociedades anónimas ou sociedades por quotas, seguindo o regime geral estabelecido no CSC aplicável a estes tipos sociais nas matérias que não sejam tratadas naquele que é o seu regime jurídico próprio, por força do n.º 1, do artigo 2.º do RJSGPS.

Do conteúdo do objeto contratual, resulta a capacidade jurídica da sociedade, vista como um conjunto de direitos e obrigações necessários à prossecução do seu fim. Nos termos do previsto no n.º 4, do artigo 6.º do CSC, “as cláusulas contratuais e as deliberações sociais que fixem à sociedade determinado objeto ou proíbam a prática de certos atos

não limitam a capacidade da sociedade, mas constituem os órgãos da sociedade no dever de não excederem esse objeto ou de não praticarem esses atos”.

De acordo com os n.ºs 1 e 2, do artigo 1.º do RJSGPS, os contratos pelos quais se constituem as SGPS devem mencionar expressamente como objeto único da sociedade “a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas (...)”, conceito que se preenche com a verificação de duas condições cumulativas (Guerreiro, 2008: p.12 e 13):

- Requisito temporal - detenção não ocasional, isto é, a detenção da participação por período superior a um ano; e,
- Requisito quantitativo – atinja, pelo menos, 10% do capital com direito de voto da sociedade participada, individualmente ou conjuntamente com participações de outras sociedades em que a SGPS seja dominante³.

Isto significa que, para que haja exercício indireto da atividade económica, não é necessário que a SGPS detenha uma participação de controlo, mas apenas uma participação qualificada. O contrato da sociedade pode restringir as participações admitidas em função, quer do tipo, objeto ou nacionalidade das sociedades participadas, quer do montante das participações.

O elemento que distingue a SGPS das outras sociedades comerciais é o seu objeto social – a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividade económica (Cordeiro, 2006).

1.2.2. Participações admitidas

Conforme decorre dos n.ºs 1 e 2, do artigo 3.º do RJSGPS, as SGPS podem adquirir e deter quotas ou ações de quaisquer sociedades nos termos da lei, podendo adquirir e deter participações em sociedades subordinadas a um direito estrangeiro, nos mesmos termos em que podem adquirir e deter participações em sociedades sujeitas ao direito português.

Conforme referido anteriormente, a participação numa sociedade é considerada uma forma indireta do exercício de atividades económicas, desde que não tenha carácter ocasional e atinja pelo menos 10% do capital com direito de voto da sociedade

³ Nos termos do artigo 486.º do CSC “considera-se que duas sociedades estão em relação de domínio quando uma delas, dita dominante, pode exercer, diretamente ou por sociedades ou pessoas que preencham os requisitos indicados no n.º 2 do artigo 483.º do CSC, sobre a outra, dita dependente, uma influência dominante”.

participada. Esta percentagem pode ser atingida por si só ou através de participações em outras sociedades em que a SGPS seja dominante, representando estas condições, à partida, o tipo de participações admitidas nas SGPS.

No entanto, e decorrente do n.º 3, do artigo 3.º do RJSGPS, a título excecional as SGPS podem adquirir e deter ações ou quotas correspondentes a menos de 10% do capital com direito de voto da sociedade participada nos seguintes casos:

- até ao montante de 30% do valor total das participações iguais ou superiores a 10% do capital social com direito de voto das sociedades participadas, incluídas nos investimentos financeiros constantes do último balanço aprovado, com exceção no ano civil em que a SGPS é constituída reportamo-nos ao balanço desse mesmo período económico, decorrente do n.º 4 do mesmo artigo;
- quando o valor de aquisição de cada participação não seja inferior a € 4.987.978,97⁴, de acordo com o último balanço aprovado;
- quando a aquisição das participações resulte de fusão ou de cisão da sociedade participada;
- quando a participação ocorra em sociedade com a qual a SGPS tenha celebrado contrato de subordinação.

Se a percentagem de 30% for ultrapassada, a SGPS incorre na sanção prevista no n.º 1 do artigo 13.º do RJSGPS, ficando obrigada a regularizar a situação até seis meses após a sua verificação. Em casos excecionais, o Ministro das Finanças, a requerimento da SGPS interessada, poderá, mediante despacho fundamentado, prorrogar aquele prazo, conforme previsto n.º 6 do artigo 3.º do RJSGPS.

1.2.3. Prestação de serviços

De acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 4.º do RJSGPS, as SGPS podem prestar “...serviços técnicos de administração e gestão a todas ou a algumas das sociedades em que detenham participações previstas no n.º 2, do artigo 1.º do RJSGPS e nas alíneas a) a c), do n.º 3, do artigo 3.º do RJSGPS ou com as quais tenham celebrado contratos de subordinação”. Quer isto dizer que é permitida às SGPS a prestação daqueles serviços às sociedades em que detenham participações que cumpram os critérios temporal e quantitativo, isto é:

⁴ No diploma legal ainda é referido o montante de “um milhão de contos”.

- Empresas em que detenha participação igual ou superior a 10% do capital com direito a voto (n.º 2, do artigo 1.º do RJSGPS);

Ou não cumprindo este critério,

- Se estas não representarem, no seu conjunto, uma percentagem igual ou superior a 30 % do valor total das participações iguais ou superiores a 10% do capital social com direito de voto noutras sociedades (alínea a), n.º 3, do artigo 3.º do RJSGPS);
- Se o valor de aquisição for igual ou superior a € 4.987.978,97 (alínea b), n.º 3, do artigo 3.º do RJSGPS); e,
- Se a aquisição das participações resultar de fusão ou de cisão da sociedade participada (alínea c), n.º 3, do artigo 3.º do RJSGPS).

A prestação de serviços, que corresponde a uma atividade acessória, terá que ser objeto de contrato escrito, no qual deverá ser identificada a correspondente remuneração, conforme o n.º 2, do artigo 4.º do RJSGPS.

Ao nível da política de divulgação, até 31 de dezembro de 1998, o relatório de gestão anual tinha que mencionar todos os contratos de prestação de serviços vigentes no fim do ano civil, bem como os que vigoraram durante parte desse ano. O Decreto-Lei n.º 378/98, de 27 de novembro veio revogar esta obrigação que se encontrava prevista no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de dezembro.

1.2.4. Operações vedadas

Dentro do âmbito da atividade prosseguida pelas SGPS, foram previstos pelo legislador um conjunto de factos cuja prática é considerada ilícita, encontrando-se referenciadas no artigo 5.º as operações vedadas a este tipo de sociedade.

Em primeiro lugar, é vedado na esfera jurídica das SGPS (alínea a), do n.º 1, do artigo 5.º do RJSGPS) a aquisição e manutenção de bens imóveis, com as seguintes exceções:

- os necessários à instalação da SGPS ou das sociedades em que detenha as participações por prazo superior a um ano e que atinjam pelo menos 10% do capital com direito de voto da sociedade participada, quer individual, quer através de participações de outras sociedades em que a SGPS seja dominante;
- os adquiridos por adjudicação em ação executiva movida contra os seus devedores;

- os provenientes da liquidação de sociedades participadas, nos termos previstos no CSC sobre liquidação de sociedades por transmissão global⁵.

É igualmente vedado às SGPS a alienação ou oneração de participações até ao decurso de um ano da aquisição (alínea b), do n.º 1, do artigo 5.º do RJSGPS), exceto se:

- a alienação ocorrer por meio de troca ou o produto da alienação for reinvestido no prazo de seis meses após o facto modificativo noutras participações;
- o adquirente for uma sociedade dominada pela SGPS, nos termos previstos n.º 1 do artigo 486.º do CSC.

Neste âmbito, e conforme previsto no n.º 5, do artigo 5.º do RJSGPS, o prazo de seis meses é alargado até ao fim do segundo exercício seguinte ao da realização da alienação, quando se trate de participação cujo valor de alienação não seja inferior a € 4.987.978,97.

É também vedada às SGPS a concessão de crédito (alínea c), do n.º 1, do artigo 5.º do RJSGPS), permitindo-se a título de exceção, desde que:

- a sociedade devedora seja dominada pela SGPS;
- o montante do capital mutuado à sociedade devedora não ultrapasse o valor da participação constante do último balanço aprovado, exceto se o crédito for concedido a título de suprimento.

1.2.5. Obrigações das SGPS e das suas participadas

Para além do conjunto de operações vedadas previstas no artigo 5.º do RJSGPS, o legislador optou ainda por incluir neste diploma um conjunto de regras que conferem às SGPS diferenças de regime quando comparadas com as outras sociedades comuns.

Essas regras preveem algumas especificidades ao nível do dever de comunicação, obrigatoriedade de designar e manter um revisor oficial de contas, supervisão e limitações para as sociedades participadas por uma SGPS em adquirir ações ou quotas da SGPS sua participante. É igualmente previsto um conjunto de sanções para a violação das disposições constantes no regime jurídico deste tipo de sociedade.

⁵ Artigo 148.º e ss. do CSC.

Dever de comunicação

Conforme disposto no n.º 2, do artigo 9.º do RJSGPS, “As SGPS devem remeter anualmente à Inspeção-Geral de Finanças, até 30 de junho, o inventário das partes de capital incluídas em investimentos financeiros constantes do último balanço aprovado”.

Se as SGPS não enviarem o mencionado inventário, a Inspeção-geral de Finanças deverá notificar a sociedade, que terá que o remeter para esta entidade, no prazo de 10 dias úteis após a notificação.

Antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 378/98, de 27 de novembro, as SGPS eram ainda obrigadas a enviar “o relatório e contas do ano anterior (...) e a indicação dos titulares dos órgãos sociais à data a que se reporta o encerramento das contas, com menção das alterações ocorridas, durante o respetivo exercício, na composição daqueles órgãos.”

Revisor Oficial de Contas

Dispõe o n.º 2, do artigo 10.º do RJSGPS que “As SGPS devem designar e manter um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, desde o início de atividade, exceto se tal designação já lhes for exigida nos termos de outras disposições legais.”.

Desta forma independentemente da SGPS adotar o tipo de sociedade anónima ou por quotas, ultrapassando ou não os limites previstos no artigo 262.º do CSC, terá sempre que, por força do seu regime jurídico, nomear um revisor oficial de contas.

O revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas que for designado para acompanhar a atividade da SGPS, terá como obrigação, sem prejuízo dos deveres previstos na legislação aplicável, comunicar à Inspeção-Geral de Finanças, nos termos do n.º 3, do artigo 10.º, as infrações ao disposto no RJSGPS, logo que delas tomem conhecimento.

Supervisão

A supervisão das SGPS é da competência da Inspeção-Geral das Finanças, que comunicará ao Ministério Público as infrações que podem determinar a dissolução da sociedade ou a aplicação de coimas previstas no n.º 1, do artigo 13.º, conforme estabelecido no n.º 4, do artigo 10.º do RJSGPS.

De acordo com o n.º 5, do artigo 10.º do RJSGPS ficam também sujeitas a registo especial e supervisão do Banco de Portugal as SGPS relativamente às quais se verifique alguma das situações previstas no artigo 117.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, sendo equiparadas a sociedades financeiras para efeitos do disposto no título XI do mesmo Regime Geral.⁶

Participações Recíprocas

Por força do disposto no n.º 2, do artigo 11.º do RJSGPS “É vedado a todas as sociedades participadas por uma SGPS, nos termos do n.º 2, do artigo 1.º, adquirir ações ou quotas da SGPS sua participante, e bem assim de outras SGPS que nesta participem, excetuados os casos previstos na parte final do n.º 1, do artigo 487.º do Código das Sociedades Comerciais”.

Conforme decorre do n.º 1, do artigo 487.º do CSC “é proibido a uma sociedade adquirir quotas ou ações das sociedades que, diretamente ou por sociedades ou pessoas que preencham os requisitos indicados no n.º 2, do artigo 483.º do CSC, a dominem, a não ser aquisições a título gratuito, por adjudicação em ação executiva movida contra devedores ou em partilha de sociedades de que seja sócia.”

Domínio Contraordenacional

Os artigos 8.º e 13.º do RJSGPS estabelecem o domínio contraordenacional do regime jurídico das SGPS.

Com efeito o artigo 8.º do RJSGPS, com a epígrafe “Objeto contratual e objeto de facto”, estabelece as consequências ao nível da dissolução da sociedade e no domínio contraordenacional, desde que se verifique a gestão de participações sociais por parte de sociedades sem o estatuto de SGPS e, relativamente a estas últimas, quando prossigam uma atividade económica direta.

Efetivamente, o n.º 2, do artigo 8.º dispõe que “As sociedades que, tendo diferente objeto contratual, tenham como único objeto de facto a gestão de participações noutras

⁶ De acordo com o artigo 117.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, “Ficam sujeitas à supervisão do Banco de Portugal as sociedades gestoras de participações sociais quando as participações detidas, direta ou indiretamente, lhes conferirem a maioria dos direitos de voto em uma ou mais instituições de crédito ou sociedades financeiras” podendo ainda o Banco de Portugal “sujeitar à sua supervisão as sociedades gestoras de participações sociais que, (...), detenham participação qualificada em instituição de crédito ou em sociedade financeira.

sociedades e, bem assim, as SGPS que exerçam de facto atividade económica direta serão dissolvidas pelo tribunal, nos termos do artigo 144.º do CSC, sem prejuízo da aplicação da sanção cominada pelo n.º 1, do artigo 13.º deste diploma”⁷. Nestes termos a sanção dissolutiva e contraordenacional, estará presente nas seguintes situações:

- para as sociedades com objeto contratual distinto daquele que se encontra previsto para as SGPS e que exerçam como único objeto de facto a gestão de participações sociais;
- para as SGPS que exerçam atividade económica direta.

Harmonizando o conteúdo dos n.ºs 1 e 2, do artigo 8.º do RJSGPS, poderemos dizer que no n.º 1 desse preceito legal é dirigido um convite às sociedades detentoras de participações sociais para, com essas mesmas participações, constituírem uma SGPS, enquanto que o n.º 2 apenas tem aplicação quando a sociedade não tenha previsto no seu objeto contratual a gestão de participações sociais e, apesar disso, exerça única e exclusivamente essa atividade (Carolino, 2002).

No artigo 13.º do RJSGPS está estabelecida a dissolução judicial para as aquisições de participações sociais e a concessão de crédito não permitidas. Para além desta sanção prevê ainda que a violação de outras normas que impõem uma ação ou omissão às SGPS consubstancia a prática de contraordenação punível com coima que, consoante o tipo de culpa, negligência ou dolo, varia entre € 498,80 e € 9.975,96 no primeiro caso, e entre € 498,80 e € 19.951,92 tratando-se de dolo.

1.3. Enquadramento fiscal

1.3.1. Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas

As SGPS encontram-se sujeitas ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) pelos rendimentos obtidos no decorrer das suas atividades. Este tipo de sociedades não usufrui, em sede de incidência subjetiva, de qualquer exclusão de tributação. Os juros e as remunerações de gestão das participadas não têm qualquer tratamento específico, pelo que seguem o previsto nas normas legais do regime geral, constituindo, segundo o artigo 20.º do CIRC, proveitos ou ganhos que concorrem para a formação do lucro tributável.

⁷ Com a publicação do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, o Regime do procedimento administrativo de dissolução previsto no artigo 144.º do CSC passou a ser regulado em diploma próprio, mais concretamente no Regime Jurídico dos Procedimentos Administrativos de Dissolução e de Liquidação de Entidades Comerciais o qual foi publicado em anexo àquele Decreto-Lei.

1.3.1.1. Dividendos recebidos/distribuídos

No que diz respeito às SGPS, a eliminação ou atenuação da dupla tributação económica dos lucros obtidos das subsidiárias segue de perto os requisitos a que estão sujeitas as restantes sociedades do regime geral. Na maioria dos Estados membros da União Europeia verifica-se a eliminação total da dupla tributação económica dos dividendos recebidos pelas SGPS provenientes das suas subsidiárias, mediante determinadas condições relacionadas com a percentagem de participação e com o período de detenção da mesma. Regra geral, na maioria dos países, para eliminar ou atenuar a dupla tributação económica é necessário que a percentagem de participação seja de pelo menos 10% do capital social da participada, e o período de detenção de pelo menos um ano (Domingues e Lopes, 2008).

Em Portugal, uma SGPS pode deduzir a totalidade dos dividendos incluídos na base tributável se a sociedade participada tiver sede ou direção efetiva em território português, esteja sujeita e não isenta de IRC ou que preencha os requisitos exigidos no artigo 2.º da Diretiva Sociedades Mães – Sociedades Afiliadas⁸ e a participação tenha sido detida ininterruptamente durante o ano anterior à data da distribuição dos dividendos ou haja intenção de a manter durante pelo menos um ano.

Os dividendos recebidos pelas SGPS estão, regra geral, isentos de qualquer retenção na fonte, se verificarem os requisitos para aplicação do regime de isenção de tributação dos dividendos (n.º 5, do artigo 51.º do CIRC).

Quando as SGPS e as suas participadas têm sede em diferentes Estados membros da União Europeia, as regras de retenção na fonte obedecem ao previsto na Diretiva mães-afiliadas, ou seja, os lucros distribuídos às sociedades-mães não são objeto de retenção no estado da sede da afiliada, conforme o artigo 5.º da Diretiva 90/435/CEE. Por outro lado, quando as sociedades tiverem sede ou direção efetiva localizada em Estado fora da União Europeia, aplicar-se-ão as regras convencionais estabelecidas ao abrigo da convenção para evitar a dupla tributação celebrado entre Portugal e esse Estado, ou, caso não exista, a legislação interna do Estado da afiliada.

⁸ Diretiva 90/435/CEE do Conselho de 23 de julho vulgarmente designada como “*Parents – Subsidiary Directive*” e já com as alterações decorrentes da Diretiva 2003/123/CE do Conselho de 22 de dezembro estipulando os seguintes requisitos: (i) quer a sociedade-mãe quer a sociedade afiliada revistam uma das formas enumeradas no anexo da diretiva; (ii) as sociedades sejam residentes para efeitos fiscais na União Europeia e o estabelecimento estável também o seja; (iii) as sociedades estejam sujeitas a imposto e sem dele estar isentos.

Este regime é igualmente estendido à distribuição de lucros derivados de sociedades residentes nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor Leste, em que a entidade portuguesa detenha uma participação direta no capital da subsidiária não inferior a 25% durante pelo menos 2 anos e os lucros distribuídos tenham sido tributados em pelo menos 10%, e não provenha de determinado tipo de rendimentos expressamente mencionados na lei.

Em Portugal, a distribuição de dividendos das sociedades participadas às SGPS está sujeita à regra geral de retenção na fonte, estando no entanto dispensados de retenção na fonte os lucros obtidos por entidades a que seja aplicável o regime de eliminação total da dupla tributação económica dos dividendos distribuídos. Nos casos em que a participação seja detida por período inferior a um ano, os dividendos recebidos pela SGPS estão sujeitos a tributação autónoma à taxa de 25%. (n.º 11, do artigo 88.º do CIRC), salvo se os rendimentos de capitais obtidos por entidades não residentes em território português, que sejam domiciliadas em país, território ou região sujeitas a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças, ou sejam pagos ou colocados à disposição em contas abertas em nome de um ou mais titulares mas por conta de terceiros não identificados serão tributados à taxa é de 35 % (alíneas h) e i), do n.º 4, do artigo 87.º do CIRC).

Os dividendos distribuídos aos seus acionistas nos casos em que a sociedade-mãe tal como a afiliada portuguesa são entidades que cumpram os requisitos do artigo 2.º da Diretiva 90/435/CEE e os referidos no n.º 3, do artigo 14.º do CIRC, não dará lugar à retenção na fonte sobre os dividendos distribuídos necessitando de se fazer prova que as condições foram reunidas. Caso o requisito temporal da participação mínima não se verifique na data de colocação à disposição dos dividendos aos acionistas, far-se-á uma retenção provisória à taxa interna ou da convenção para evitar a dupla tributação, caso exista. Quando o requisito temporal se encontrar verificado e após prova perante a autoridade tributária portuguesa, a SGPS poderá pedir reembolso do montante retido.

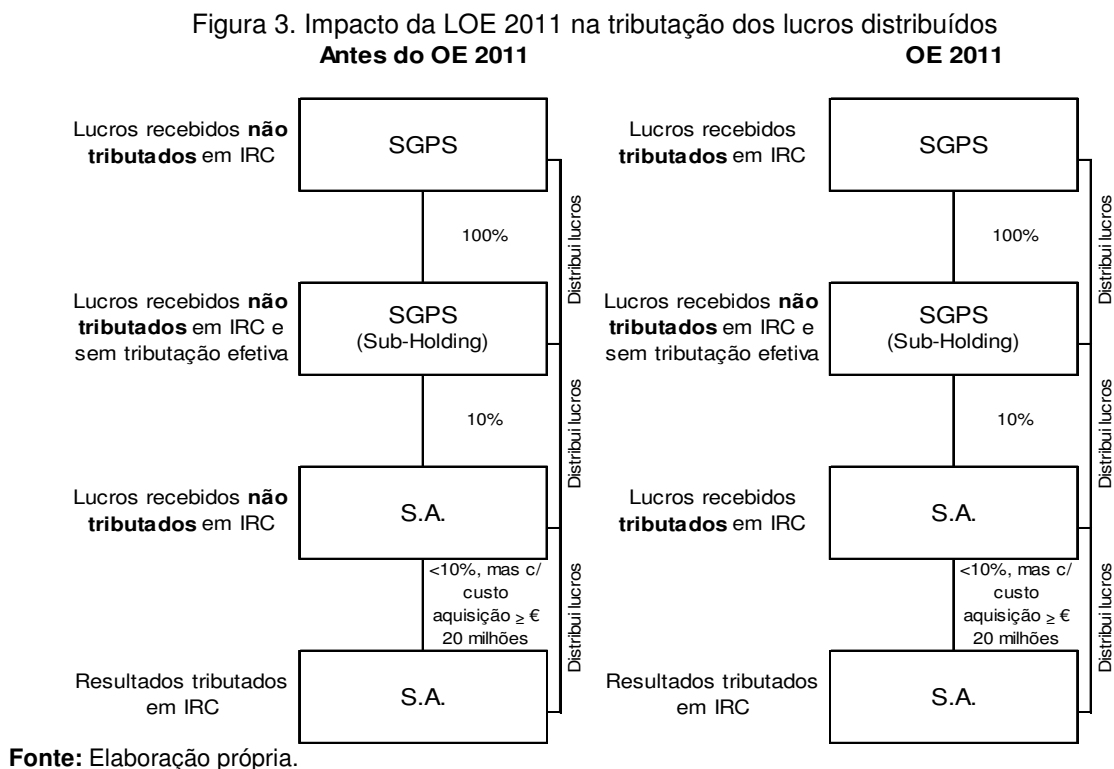
1.3.1.2. As alterações aos mecanismos para evitar a dupla tributação económica de lucros distribuídos e o seu impacto nas SGPS

A Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (LOE 2011), introduziu profundas alterações em três dos mecanismos destinados a evitar a dupla tributação económica de lucros distribuídos previstos no IRC, nomeadamente:

- no mecanismo geral, previsto no artigo 51.º do CIRC, introduziu duas modificações relevantes: (i) a primeira, reduzindo os casos nos quais esta isenção se aplica, em particular no sentido de deixar de ser aplicável a participações inferiores a 10% mas com um custo de aquisição superior a € 20 milhões; e (ii) a segunda, passando a tributar a totalidade (em vez de 50%) dos lucros distribuídos entre sociedades que não cumpram os requisitos de participação e detenção ou que não tenham sido sujeitos a tributação efetiva;
- no mecanismo específico aplicável às SGPS, revogou o regime especial previsto no n.º 1 do artigo 32.º do EBF, submetendo-as ao regime geral;
- no mecanismo especial previsto para os grupos de sociedades (RETGS), eliminou a isenção aplicável aos lucros distribuídos entre as sociedades do grupo que não cumpram os requisitos para eliminação da dupla tributação constantes dos dois regimes acima mencionados.

Até à entrada em vigor da LOE 2011, as SGPS aplicavam a isenção de imposto por dupla tributação económica, sem que a mesma estivesse condicionada ao requisito da percentagem de detenção.

Face a este breve enquadramento fiscal, relembremos os resultados práticos da alteração legislativa enunciada.



Concluimos que as SGPS passaram a ficar abrangidas pelo regime geral da eliminação da dupla tributação económica, previsto no artigo 51.º do CIRC, estando dependentes da verificação das condições, nomeadamente quanto à percentagem de participação, mas, mais importante, os rendimentos não sujeitos a “tributação efetiva” na esfera das participadas da SGPS deixam também de beneficiar do referido regime da eliminação da dupla tributação económica.

Esta condição de que os lucros distribuídos tenham sido sujeitos a “tributação efetiva” levanta dúvidas relativamente ao sentido e ao alcance deste requisito, uma vez que o artigo 51.º do CIRC não contém uma definição expressa do conceito de “tributação efetiva”. Este conceito tão pouco se encontra definido noutras normas do ordenamento jurídico português.

A Circular n.º 24/2011, do Diretor-geral dos Impostos, clarificou o conceito de “tributação efetiva”. De acordo com o entendimento veiculado pela referida circular apenas poderão beneficiar da isenção de IRC, pela aplicação do regime de eliminação de dupla tributação económica dos lucros distribuídos, os rendimentos que provenham de lucros que tenham suportado IRC, ou outro imposto similar, e que dele não se encontrem excluídos nem isentos.

Assim, considera-se que não foram sujeitos a tributação efetiva, designadamente os rendimentos que provenham exclusivamente de lucros que tenham origem em mais-valias que tenham beneficiado da isenção consagrada no n.º 2, do artigo 32.º do EBF, não podendo, portanto, tais lucros distribuídos beneficiar da dedução prevista.

Note-se que a tributação poderá ser verificada na esfera da entidade que os distribui ou, anteriormente, na esfera de uma subafiliada, uma vez que o artigo 51.º do CIRC não exclui os casos em que a formação dos lucros distribuídos tenham resultado de rendimentos tributados em alguma parte da cadeia anterior de participação. Uma vez que, exigir que essa tributação ocorra necessariamente na esfera da sociedade que distribui os lucros, seria contrário ao regime comunitário previsto na Diretiva 90/435/CEE, de 23 de julho.

No entanto, para aferir se os lucros distribuídos referentes a um determinado período de tributação foram sujeitos a tributação efetiva, devem ser considerados na sua totalidade e de forma agregada. Uma vez que face ao disposto no n.º 10, do artigo 51.º do CIRC, não é exigível a sujeição dos lucros distribuídos a um limiar mínimo de tributação, uma vez que o mesmo não estabelece nenhuma taxa efetiva mínima de tributação.

Em termos práticos, o legislador nacional dispunha de total discricionariedade para exigir uma taxa mínima de “tributação efetiva” para que a condição interposta no n.º 10, do 51.º do CIRC se considerasse verificada. No entanto, bastará que uma ínfima parte desses lucros estejam sujeitos a tributação para que se cumpra o requisito de “tributação efetiva”, por muito reduzida que esta tenha sido, como, por exemplo, a prestação de serviços de administração às participadas.

O regime de tributação português, após as alterações legislativas enunciadas, tornou-se especialmente assimétrico na tributação das SGPS, especialmente tratando-se de participações minoritárias (Correia e Mendes, 2011).

De um ponto de vista comportamental, o problema desta descontinuidade do regime fiscal das SGPS, principalmente nos casos de participações minoritárias, e nas situações em que se levantem incertezas sobre o preenchimento do conceito de tributação efetiva é o de induzir comportamentos de substituição e, nessa medida, deverá ser ineficiente para as empresas e para a economia portuguesa.

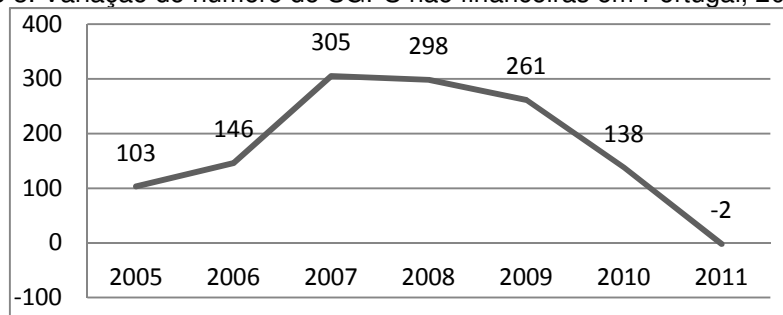
Atendendo ao exposto, acreditamos que as alterações legislativas aos mecanismos para evitar a dupla tributação de lucros distribuídos terão um impacto significativo na forma como estão organizadas alguns grupos societários portugueses e em algumas estruturas de detenção de participações minoritárias.

O volte face legislativo operado pela LOE 2011 é contraditório com o apoio concedido pelo legislador nacional à criação de grupos com sociedades *holding* e sub-holdings nos últimos anos, sendo claramente penalizador relativamente aos investidores estrangeiros ou portugueses, que utilizavam a SGPS para deter participações minoritárias em sociedades portuguesas, como mecanismo destinado a evitar a dupla tributação económica.

Acreditamos que este volte face legislativo induzirá a adoção de comportamentos de substituição, que poderão passar pela eliminação de *holdings* intermédias, nomeadamente através de reestruturação dos grupos empresariais ou mesmo pela deslocalização de uma ou mais sociedades do grupo para o estrangeiro.

Apresentamos no gráfico 3, um indicador que em nosso entendimento é elucidativo do comportamento atrás descrito, nomeadamente a variação do número de SGPS não financeiras em Portugal, no período de 2005 a 2011.

Gráfico 3. Variação do número de SGPS não financeiras em Portugal, 2005-2011



Fonte: Elaboração própria⁹.

O impacto que estas alterações terão nas estruturas organizacionais dos grupos de sociedades portuguesas, sobretudo nas estruturas de detenção de participações minoritárias, consolidadas nas últimas duas décadas e meia, tornando o investimento em capitais próprios mais caro para os investidores resultará numa maior dificuldade na obtenção de fundos próprios pelas empresas portuguesas.

Pensamos que a redução do número de SGPS não financeiras em Portugal, no ano de 2011, tenha resultado diretamente da reforma legislativa. Nomeadamente das SGPS, que a utilizavam, exclusivamente, para obter a isenção sobre os dividendos distribuídos, sobretudo no caso das estruturas de detenção de participações minoritárias.

1.3.1.3. Tributação das mais ou menos-valias

As mais-valias são os rendimentos obtidos pela SGPS com a alienação das participações sociais, as quais têm sido, desde sempre, sujeitas a tributação mais favorável. Este tratamento justifica-se pelo facto das ações resultantes das empresas participadas terem gerado lucros no passado e terem, por isso, já sido tributadas (Ferreira, 2002).

Em Portugal, o regime de tributação das mais-valias obtidas por uma SGPS teve a evolução apresentada na figura 4 que se segue:

⁹ Com base nos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, recorrendo ao sistema de contas integradas das empresas.

Figura 4. Evolução do regime de tributação das mais-valias obtidas por uma SGPS na alienação de participações sociais



Fonte: Adaptado de Domingues e Lopes (2008).

Da análise da figura 4, podemos verificar que o regime de tributação das mais-valias obtidas pelas SGPS na alienação de participações sociais passou de um regime de exclusão total, até 1993, para um regime de diferimento, condicionado ao reinvestimento do valor de realização, a partir de 1994. Este regime de diferimento manteve-se com algumas alterações até 2001. Até ao ano de 2002, a tributação das mais-valias era feita de acordo o regime geral previsto no CIRC. Em 2003, foi introduzido o regime específico de tributação das mais e menos-valias realizadas pelas SGPS, Lei n.º 32-B/2002, de 30 de dezembro (LOE 2003).

Com a introdução das normas especiais anti-abuso, n.ºs 2 e 3 do artigo 32.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), introduzidas pela LOE 2003, acentua-se o carácter penalizador do regime pela não dedutibilidade das menos-valias, carácter penalizador reconhecido pela doutrina (Guerreiro, 2003).

Apresentamos no quadro 1 o atual regime fiscal aplicável às mais ou menos-valias fiscais das SGPS.

Quadro 1. Regime atual aplicável às mais ou menos-valias fiscais das SGPS

Tipologia das entidades participadas		Prazo de detenção das participações sociais		
		< 1 ano	1 a 3 anos	> 3 anos
Mais-valia fiscal	Participações que não se enquadrem nas outras tipologias	Tributadas integralmente	Excluídas	Excluídas
	Participações adquiridas a entidades com relações especiais		São tributadas de 50% a 100% conforme o grau de reinvestimento do valor de realização.	
	Participações adquiridas a entidades sediadas em território mais favorável			
	Participações de entidades sujeitas a regime especial de tributação			
	Alienante tenha resultado de transformação que não fosse SGPS			
Menos-valia fiscal	Participações que não se enquadrem nas outras tipologias	Total ou parcialmente dedutíveis	Excluídas	
	Participações adquiridas a entidades com relações especiais	Excluídas		
	Participações adquiridas a entidades sediadas em território mais favorável			
	Participações de entidades sujeitas a regime especial de tributação			
	Alienante tenha resultado de transformação que não fosse SGPS			

Fonte: Elaboração própria.

As mais e menos-valias realizadas pelas SGPS mediante a transmissão onerosa, qualquer que seja o título por que se opere, de partes de capital de que sejam titulares, desde que detidas por período não inferior a um ano com a sua aquisição não concorrem para a formação do lucro tributável destas sociedades, segundo o n.º 2 do artigo 32.º do EBF. Estamos, assim, perante um regime de exclusão de tributação das mais e menos-valias obtidas pelas SGPS, independentemente do valor de realização ser ou não reinvestido.

O disposto anteriormente não é, todavia, aplicável relativamente às mais-valias realizadas e aos encargos financeiros suportados quando as partes de capital tenham sido adquiridas a entidades com as quais existam relações especiais, nos termos do n.º 4 do artigo 63.º do CIRC, ou a entidades com domicílio, sede ou direção efetiva em território sujeito a um regime fiscal mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças, ou residentes em território português sujeitas a um regime especial de tributação, e desde que tenham sido detidas, pela alienante, por período inferior a três anos e, bem assim, quando a alienante tenha resultado de transformação de sociedade à qual não fosse aplicável o regime previsto naquele número, relativamente às mais-valias das partes de capital objeto de transmissão, desde que, neste último caso, tenham decorrido pelo menos três anos entre a data da transformação e a data da transmissão, segundo o n.º 3 do artigo 32.º do EBF.

Assim, quando as participações sejam detidas por um período superior a um ano e inferior a três anos, e se verifique uma das situações acima referidas, as mais-valias e os encargos financeiros passam a concorrer para a formação do lucro tributável, continuando a aplicar-se às menos-valias o regime de não aceitação como gasto fiscal. Trata-se de uma norma anti-abuso que vem penalizar as SGPS, dado que as mais-valias deixam de ser excluídas da tributação, e por sua vez, as menos-valias não concorrem para a formação do lucro tributável.

As mais e menos-valias obtidas pelas SGPS na alienação de participações detidas por período inferior a um ano seguem o regime previsto no CIRC. No que respeita às mais-valias, como o período de detenção da participação for menor que um ano, as mais-valias nunca podem beneficiar da exclusão de 50 % prevista no artigo 48.º do CIRC, concretamente no caso de reinvestimento dos valores de realização. Serão, assim, sempre tributadas pela sua totalidade.

No que se refere à tributação das menos-valias refere o n.º 3, do artigo 45.º do CIRC que “A diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias realizadas mediante a transmissão onerosa de partes de capital, incluindo a sua remição e amortização com redução de capital, bem como outras perdas ou variações patrimoniais negativas relativas a partes de capital ou outras componentes do capital próprio, designadamente prestações suplementares, concorrem para a formação do lucro tributável em apenas metade do seu valor.” Acresce ainda que nos termos dos n.ºs 3 a 5, do artigo 23.º do CIRC (normas anti-abuso), as menos-valias podem não ser aceites como gasto do período.

Assim, a menos-valia que seja dedutível poderá não ser considerada na sua totalidade para o apuramento do lucro tributável, nos casos em que a diferença entre as mais e menos-valias seja negativa, concorrendo apenas em metade do seu valor conforme o n.º 6, do artigo 48.º do CIRC.

1.3.1.4. Encargos financeiros

A lei não apresenta uma definição clara e objetiva para o conceito de encargos financeiros. Regra geral, entende-se por encargos financeiros os juros suportados pelo endividamento direto das SGPS para a aquisição de partes sociais¹⁰.

Como já vimos anteriormente, com a entrada em vigor do atual regime os encargos financeiros suportados com a aquisição das partes de capital passam a não ser considerados como custo fiscalmente dedutíveis, desde que as participações sejam detidas por um período não inferior a um ano, segundo o n.º 2, artigo 32.º EBF.

Apresentamos no quadro 2 o atual regime fiscal aplicável aos encargos financeiros suportados com a aquisição das partes de capital nas SGPS.

¹⁰ A alínea c), do n.º 1, do artigo 23.º do CIRC, define encargos de natureza financeira como “juros de capitais alheios aplicados na exploração, descontos, ágios, transferências, diferenças de câmbio, gastos com operações de crédito, cobrança de dívidas e emissão de obrigações e outros títulos, prémios de reembolso e os resultantes da aplicação do método do juro efetivo aos instrumentos financeiros valorizados pelo custo amortizado”.

Quadro 2. Regime atual aplicável aos encargos financeiros das SGPS

Tipologia das entidades participadas	Prazo detenção das participações sociais		
	< 1 ano	1 a 3 anos	> 3 anos
Participações que não se enquadrem nas outras tipologias	Dedutíveis	Não dedutíveis	Não dedutíveis
Participações adquiridas a entidades com relações especiais		Dedutíveis	
Participações adquiridas a entidades sediadas em território mais favorável			
Participações de entidades sujeitas a regime especial de tributação			
Alienação de SGPS para SGPS			
Alienante tenha resultado de transformação que não fosse SGPS			

Fonte: Elaboração própria.

No que respeita à imputação dos encargos financeiros é necessário saber como distinguir os custos suportados com a aquisição de partes sociais dos de outros fins.

Efetivamente, pode acontecer que o endividamento não tenha sido contraído com o objetivo específico de adquirir partes sociais mas, para a atividade empresarial como, por exemplo, para a concessão de empréstimos às suas participadas. Nesta situação em concreto, não existiria uma correspondência direta do endividamento com a aquisição de partes sociais.

Para a administração tributária os encargos financeiros deverão ser afetados com base numa fórmula que retire em primeiro lugar aos financiamentos obtidos pela SGPS os empréstimos remunerados por estes concedidos às participadas e os outros investimentos geradores de juros, afetando-se o remanescente proporcionalmente ao custo de aquisição dos restantes ativos, nomeadamente as participações sociais. Atendendo à interpretação do enunciado pela Circular 7/2004, de 30 de março, a qual refere no seu ponto 7 “dada a extrema dificuldade de utilização, nesta matéria, de um método de afetação direta ou específica e à possibilidade de manipulação que o mesmo permitiria”, com o desenvolvimento e sofisticação dos sistemas de informação de gestão disponíveis no mercado, dever-se-ia privilegiar o método de afetação direta (Tormenta, 2011).

Em Portugal vigora o princípio da legalidade, conforme n.º 2 do artigo 103.º e a alínea i) do n.º 1 do artigo 165.º da Constituição da República Portuguesa, tendo como corolário

segundo a doutrina clássica¹¹ o princípio da tipicidade fechada, sendo a matéria de incidência tributária da exclusiva competência da Assembleia da República.

No caso presente, a lei não estabelece critérios de afetação de recursos financeiros à aquisição de participações sociais, não podendo a administração tributária criar normas de incidência, através do Direito Circulatório, uma vez que tais normas devem emanar da Lei ou Decreto-Lei devidamente autorizados, sob pena de se estar perante uma inconstitucionalidade material (Brás, 2008).

O quadro 3 ilustra as principais diferenças de tributação em IRC entre o regime fiscal das SGPS e o regime geral.

Quadro 3. Principais diferenças de tributação em IRC entre as SGPS e as restantes sociedades

	Lucros	Mais-valias	Menos-valias	Encargos financeiros	Atividades auxiliares
SGPS	Isentos desde que: - Participação $\geq 10\%$ - Os lucros tenham sido sujeitos a tributação efectiva na esfera da entidade pagadora. Tributados nos restantes casos.	Não tributáveis, em sede de IRC, quando as partes de capital sejam detidas há mais de 1 ano (ou há mais de 3 anos em casos especiais). Tributadas nos restantes casos à taxa geral.	Não são dedutíveis, em sede de IRC, quando as partes de capital sejam detidas há mais de 1 ano (ou há mais de 3 anos em casos especiais). Dedutíveis nos restantes casos (i.e., quando as mais-valias sejam tributáveis).	Não são dedutíveis quando associados à aquisição de partes de capital e as mais-valias não sejam tributadas. Dedutíveis nos restantes casos (i.e., quando as mais-valias sejam tributáveis ou respeitem a financiamentos remunerados e afetos à participação).	Tributadas à taxa geral.
Restantes sociedades	Mesmo regime das SGPS	Tributáveis em sede de IRC, com a possibilidade de recurso ao regime do reinvestimento do valor de realização, o que permite beneficiar de tributação reduzida em IRC (sobre 50% das mais-valias obtidas).	Dedutíveis, em sede de IRC.	Dedutíveis sempre que os mesmos sejam enquadráveis no contexto das atividades exercidas (art. 23.º do CIRC).	Tributadas à taxa geral.

Fonte: Elaboração própria.

Em 2013, os gastos financeiros líquidos passaram a ser dedutíveis até à concorrência do maior dos seguintes limites: 3 milhões euros ou 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos. Os gastos financeiros líquidos não deduzidos em virtude da aplicação destes limites podem ser reportados por 5 períodos, desde que, conjuntamente com os gastos financeiros de cada período, continuem a ser observados os mesmos limites. Paralelamente, quando o montante dos gastos deduzidos

¹¹ Nuno Sá Gomes e Diogo Leite Campos defendem a tipicidade fechada em termos dos elementos essenciais do imposto incluindo-se naquelas regras de incidência tributária, as taxas, os benefícios fiscais e as garantias do contribuinte, enquanto Ana Paula Dourada discorda desta posição. Para maiores desenvolvimentos *vide* Brás (2008: pp. 120-130).

seja inferior ao limite de 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos, é admitido o reporte imediato e sucessivo desse limite não utilizado, em cada um dos 5 períodos de tributação posteriores, até à sua integral utilização.

1.3.1.5. Aplicabilidade do regime especial de tributação dos grupos de sociedades

É entendido por grupo de sociedades aquele, em que uma sociedade, dita dominante, detém, direta ou indiretamente, pelo menos 90% do capital de outra ou outras sociedades, ditas dominadas, as quais, entre outros requisitos legais aplicáveis, sejam residentes em território Português e sejam tributadas à taxa normal de IRC mais elevada, segundo o artigo 69.º do CIRC.

O regime especial de tributação dos grupos de sociedades (RETGS) consiste num regime específico de “consolidação fiscal” na esfera da sociedade dominante, através da soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados individualmente por cada uma das sociedades desse grupo. Para tal, a sociedade dominante apresenta uma declaração de rendimentos Modelo 22 com o resultado fiscal global do grupo e é a partir desta que se produzem os efeitos de liquidação do IRC.

A determinação de quais as sociedades elegíveis para efeitos da configuração do perímetro do grupo de sociedades ao qual se aplica o RETGS constitui um dos aspetos primordiais da aplicação deste regime, quer no primeiro exercício da sua opção, quer nos períodos que lhe seguem. A volatilidade a que estão normalmente sujeitos os grupos económicos, quer por força de políticas de expansão e/ou reorganização (e.g. fusões, permutas, cisões), ou, pelo contrário, políticas de desinvestimentos (e.g. alienação de participações sociais), dita a necessidade do reequacionamento anual do perímetro do RETGS (Pereira, 2010).

Devemos, todavia, sublinhar que o RETGS, cinge-se a uma base estritamente nacional, conferindo uma visão fiscal errónea da capacidade contributiva do Grupo. Não se trata de uma verdadeira “consolidação fiscal”, uma vez que não se tem em consideração as transações intra-grupo, existindo inúmeras limitações à constituição do grupo fiscal e à delimitação do seu perímetro, bem como à dedução dos prejuízos fiscais.

1.3.2. Imposto do selo

Relativamente ao imposto do selo é de salientar as isenções, ao nível das operações financeiras, previstas para este tipo de sociedades.

De acordo com o definido no Código do Imposto do Selo (CIS) estão isentas deste imposto as operações financeiras, incluindo os respetivos juros, por prazo não superior a um ano, desde que exclusivamente destinadas à cobertura de carências de tesouraria, a favor das suas participadas (operações descendentes), bem como as operações com a mesma natureza efetuadas em benefício das SGPS por sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (operações ascendentes), também se encontram isenta de Imposto do Selo. Portanto, as SGPS potenciam uma gestão eficaz do ponto de vista do imposto do selo dos excedentes/défices de tesouraria das entidades do Grupo.

Por outro lado, estão igualmente isentos deste imposto os financiamentos que assumem a natureza de um contrato de suprimentos, incluindo os juros, efetuados pelos sócios previsto na alínea i), do n.º 1, do artigo 7.º do CIS, com exceção, prevista no n.º 3 do mesmo artigo, quando o sócio seja entidade domiciliada em território sujeito a regime fiscal privilegiado, definido por portaria do Ministério das Finanças.

Também por força do seu regime jurídico, as SGPS podem adquirir imóveis¹² nos moldes descritos na alínea a), do artigo 5.º do RJSGPS, estando a aquisição sujeita a 0,8% sobre o valor da transmissão constante do ato ou sobre o valor patrimonial tributário, dos dois o maior, conforme o n.º 4, artigo 9.º do CIS e o n.º 1, do artigo 12.º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis. Nos casos em que houver renúncia à isenção do IVA relativa a uma transmissão de imóveis, não haverá lugar a imposto do selo.

¹² A aquisição de imóveis também estará sujeita a IMT a uma taxa de 6,5%, sobre o valor de transmissão ou valor patrimonial tributário, dos dois o maior e também pagará IMI nos moldes gerais, conforme o artigo 8.º IMI.

1.3.3. Imposto sobre o valor acrescentado

Tal como vimos anteriormente, nos termos do artigo 1.º do RJSGPS, as SGPS têm por objeto contratual a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económicas. Estas sociedades, em função das operações que pratiquem, podem subdividir-se em dois tipos: *holdings* puras e *holdings* mistas (Vasconcelos, 2003: p. 5). As primeiras caracterizam-se como sendo aquelas que apenas detenham participações sociais, sendo os seus rendimentos apenas resultantes dessas operações, enquanto que as *holdings* mistas são aquelas que, juntamente com as operações de detenção de participações sociais, também prestam serviços de gestão às participadas e intervenham na atividade daquelas.

O enquadramento em sede de IVA será distinto em função desta categorização das SGPS. As denominadas *holdings* puras não são sujeitos passivos de imposto, por não exercerem uma atividade económica tal como definida na Sexta Diretiva, pelo que para estas sociedades não é possível a dedução do imposto suportado¹³.

Por outro lado, as SGPS enquanto *holdings* mistas são entidades sujeitas ao regime geral do imposto, no entanto, pela natureza intrínseca das operações que praticam, apresentam algumas particularidades que convém ter presente. Das operações identificadas que são desenvolvidas pelas SGPS, apenas as prestações de serviços são tributáveis em sede de IVA. Todas as restantes são operações isentas (juros e mais-valias) ou não sujeitas (dividendos). A qualidade de sujeitos passivos mistos confere-lhes portanto limitações à dedução do imposto suportado.

Relativamente às prestações de serviços técnicos de administração e gestão, nos termos dos artigos 4.º e 6.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA), estão sujeitas a imposto e dele não isentas, sem prejuízo da dedução a efetuar nos termos das disposições constantes dos artigos 19.º a 25.º do CIVA, do imposto suportado a montante. Podemos, assim, concluir que as SGPS no exercício da sua atividade efetuam operações isentas sem direito à dedução e, simultaneamente, operações sujeitas com direito à dedução, aplicando-se por este facto o regime previsto no artigo 23.º do CIVA.

O artigo 23.º do CIVA prevê duas modalidades para a determinação do direito de dedução:

¹³ Idem, p.5 “No seguimento do Processo n.º C-60/90, de 20 de Junho de 1991 (caso Polysar), entendeu o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (TJCE) que as denominadas *holdings puras* não são sujeitos passivos de imposto, por não exercerem uma verdadeira atividade económica tal como definida na 6.ª Diretiva.”

- O método da percentagem da dedução (pro-rata), como regra geral, caracterizado pelo facto de o direito à dedução ser proporcional ao valor das operações tributáveis e isentas com direito à dedução relativamente a todas as operações efetuadas pelo sujeito passivo, incluindo as operações isentas ou fora do campo do imposto. Não são, no entanto, incluídas neste cálculo as operações que têm um carácter acessório em relação à atividade global da empresa, conforme previsto no n.º 5 do artigo 23.º do CIVA.
- O método da afetação real, o qual se caracteriza pelo facto de não ser permitido qualquer direito à dedução relativamente às despesas relacionadas com as operações isentas sem direito à dedução, permite, por outro lado, o direito à dedução integral quanto ao imposto incidente sobre os “inputs” destinados à realização de operações tributadas ou isentas com direito à dedução (Costa, 2002).

A posição que a autoridade tributária tem assumido sobre este assunto consiste em exigir às SGPS a aplicação do método da percentagem da dedução (pro-rata), em detrimento do método da afetação real (Costa, 2002 e Vasconcelos, 2003).

1.4. Enquadramento contabilístico

Importa referir, desde já, que o enquadramento contabilístico aplicável à detenção de partes de capital por SGPS é coincidente com o regime contabilístico aplicável a qualquer outra entidade, desde que sujeita ao SNC ou às IAS/IFRS. Teremos de ter em consideração o normativo a aplicar (nacional ou internacional), a emissão de um ou dois conjuntos de demonstrações financeiras, a classificação da participada de acordo com o grau de intervenção da SGPS na sua gestão e a negociação ou não das partes de capital em mercado regulamentado para classificar a participação de capital. Para melhor analisar e enquadrar os tipos de participações de capital, apresenta-se na figura 5 a classificação e normativo contabilístico aplicável aos diferentes tipos de participações.

Figura 5. Classificação e enquadramento contabilístico aplicável à detenção de partes de capital, quer no normativo nacional, quer no normativo internacional

Classificação	Grau intervenção	Entidades que emitem dois conjuntos de Demonstrações Financeiras		Entidades que emitem um conjunto de Demonstrações Financeiras	
		SNC	IAS/IFRS	SNC	IAS/IFRS
Subsidiária	Controlo	MEP	Custo ou justo valor por capital próprio	MEP	N/A
Entidade Conjuntamente Controlada	Controlo conjunto			MEP ou método proporcional	MEP ou método proporcional
Associada	Influência significativa			MEP	MEP
Outras empresas -cotadas	Não exerce influência significativa, ou, exercendo-a, esta não seja significativa	Justo valor por resultados ou IAS/IFRS	Justo valor por resultados, justo valor por capital próprio ou custo, caso o justo valor não seja mensurado com fiabilidade	Justo valor por resultados	Justo valor por resultados, justo valor por capital próprio ou custo, caso o justo valor não seja mensurado com fiabilidade
Outras empresas - não cotadas		Custo ou IAS/IFRS		Custo	

Fonte: Adaptado de Correia (2011).

Da análise da figura 5, concluímos que as grandes divergências entre o normativo nacional e internacional recaem aquando da emissão de dois conjuntos de demonstrações financeiras, relativamente a participações nas quais existam relações especiais.

As entidades que utilizam o SNC estão obrigadas a aplicar o Método da Equivalência Patrimonial (MEP) nas participações em Subsidiárias, Entidades Conjuntamente Controladas e Associadas, independentemente de se emitir um ou dois conjuntos de demonstrações financeiras.

Acresce somente a opção, recomendada pela NCRF 13 - Empreendimentos Conjuntos e Associados, da utilização do Método Proporcional para as participações em Entidades Conjuntamente Controladas, enquanto as entidades que utilizem as IAS/IFRS nas Demonstrações Financeiras terão de optar ou pelo custo, ou pelo justo valor por capital próprio, conforme o disposto no parágrafo 37 da IAS 27 – Demonstrações Financeiras

Consolidadas e Separadas, em conjugação com o disposto na IAS 39 – Instrumentos Financeiros.

Embora a IAS 39 permita optar pela mensuração ao justo valor por resultados em determinadas condições previstas no parágrafo 9 da IAS 39, o mesmo não se irá constatar, na maioria dos casos, nas participações de SGPS em Subsidiárias, Entidades Conjuntamente Controladas e Associadas.

Para as participações em outras entidades, a NCRF 27 – Instrumentos Financeiros, apenas prevê para as parte de capital “com cotação divulgadas publicamente” a possibilidade de apresentarem o justo valor mensurável com fiabilidade, de acordo com o disposto no parágrafo 16(a) da refira norma. Apesar do normativo nacional ter sido uma “réplica” do normativo internacional o mesmo não prevê a aplicação do justo valor a ações não cotadas, embora no seu parágrafo 2, permita que a entidade detentora, neste caso a SGPS, opte por, alternativamente à mesma, utilizar “integralmente a IAS – 32 Instrumentos Financeiros, a IAS 29 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações”.

Assim, embora o normativo nacional pareça ter optado por restringir a aplicação do justo valor a ações não cotadas, deixa a hipótese para a sua aplicação. Note-se que embora a SGPS aplique na integralidade o SNC, optando pela aplicação integral da IAS 29, IAS 39 e IFRS 7 em vez da NCRF 27, terá impactos fiscais, como se irá demonstrar à frente.

Contudo, a IAS 39 tem previstas como opções de reconhecimento o justo valor, seja por resultados, seja por capital próprio, ou ao custo se o justo valor não for mensurável com fiabilidade, embora considere, no seu parágrafo AG80, que “é normalmente possível estimar o justo valor de um ativo financeiro que uma entidade tenha adquirido a uma parte externa”, claramente a utilização do justo valor em ambiente IAS/IFRS é muito mais incentivado do que no ambiente SNC.

O regime fiscal da valorização e alienação de partes de capital por SGPS tornou-se muito complexo, dado o número de cenários fiscais possíveis conjugado com os possíveis cenários de enquadramento contabilístico, os quais terão diferentes impactos fiscais. Na figura 6 resumem-se os aspetos fiscais relevantes associados aos diferentes tratamentos contabilísticos.

Figura 6. Enquadramento fiscal das partes de capital

Classificação contabilística	Características	Denominação fiscal dos ganhos e perdas na alienação	Aspetos fiscais relevantes
Justo valor por resultados	Participações iguais ou inferiores a 5% em empresas cotadas.	Variação do justo valor	- Aceitação justo valor (art. 18.º, n.º 9) - Limitação de 50% da perda (art. 45.º, n.º 3) - Limitação art. 45.º, n.º 4
Justo valor, quer por resultados, quer por capital próprio	Todos os outros casos	Mais ou menos valias	- Limitação do art. 18.º, n.º 9
MEP			- Art. 32.º EBF - Regra do reinvestimento (art. 48.º) - Coef. atualização monetária (art. 47.º)
Método proporcional			- Eliminação MEP (art. 18.º, n.º 8) - Limitação de 50% da perda (art. 45.º, n.º 3) - Limitações artigos 23.º e 45.º, n.º 4
Custo			- Eliminação MP (art. 51.º) - Perdas por imparidade (art. 35.º)

Fonte: Adaptado de Correia (2011).

Da figura 6 podem ser retiradas as seguintes conclusões:

1. O CIRC, no n.º 8, do seu artigo 18.º, prevê a não relevância fiscal do MEP, pelo que, todos os movimentos contabilísticos que decorrem da aplicação deste método não concorrem para o cálculo do lucro tributável;
2. De igual modo, embora o CIRC seja omissivo, quanto ao Método Proporcional entende-se que os efeitos da sua aplicação sejam eliminados. Conforme referido, o Método Proporcional aplica-se, por opção, a Entidades Conjuntamente Controladas. A não eliminação dos efeitos do método proporcional resultaria numa dupla tributação indesejada pelo legislador ou, se não sofrerem tributação, serão tributadas pelo regime de transferência fiscal previsto no artigo 6.º do CIRC;
3. Conforme referido, o CIRC prevê, na alínea a), do n.º 9, do artigo 18.º, o regime de tributação pela variação do justo valor, a ações cotadas, quando participadas em 5% ou menos e quando reconhecidas contabilisticamente ao justo valor por resultados. Torna-se importante referir que, o regime do artigo 32.º do EBF aplica-se apenas quando as partes de capital forem detidas por mais de um ano pela SGPS. Quando elas forem detidas por período inferior, aplicar-se-ão as regras

gerais constantes do CIRC que, no caso em apreço, se traduzirá na tributação integral das mais-valias líquidas e na aceitação em 50% das menos-valias líquidas. Para os casos específicos de menos-valias geradas com a alienação de partes de capital detidas por menos de 1 ano, previstos no n.º 3, do artigo 32.º do EBF, elas não serão, igualmente, aceites fiscalmente, tratando-se de mais-valias, estas já serão tributadas conforme as regras gerais do CIRC, desde que as ações não tenham sido detidas por mais de três anos, quando enquadráveis no n.º 3, do artigo 32.º do EBF;

4. Nos termos do n.º 4, do artigo 45.º CIRC, não são dedutíveis as menos-valias relativas a partes de capital na parte correspondente aos lucros que tenham beneficiado do regime da eliminação da dupla tributação, previsto no artigo 51.º CIRC, nos últimos 4 anos.

A alínea a), do n.º 9, do artigo 18.º do CIRC estabelece que os ajustamentos provenientes da aplicação do justo valor apenas concorrem para a formação do lucro tributável quando estes digam respeito a instrumentos financeiros reconhecidos pelo justo valor através de resultados, desde que, sendo instrumentos de capital próprio, tenham um preço formado num mercado regulamentado e o sujeito passivo não detenha, direta ou indiretamente, uma participação no capital social superior a 5%. Por sua vez, a alínea b), do n.º 1, do artigo 46.º do CIRC, refere expressamente que não se consideram mais-valias ou menos-valias realizadas os ganhos ou perdas sofridos mediante transmissão onerosa de instrumentos financeiros reconhecidos pelo justo valor nos termos da alínea a), do n.º 9, do artigo 18.º do CIRC, do que resulta que também não será aplicável o regime do reinvestimento dos valores de realização previsto no artigo 48.º do CIRC.

Daqui resulta que, sendo apurado um ganho por aumento do justo valor, este concorre na íntegra para a formação do lucro tributável, contrariamente resulte, uma perda por redução do justo valor, o n.º 3, do artigo 45.º do CIRC estabelece que apenas concorrerá para a formação do lucro tributável metade do seu valor. Mais uma vez, estamos perante um regime claramente penalizador, uma vez que, o legislador não tem um critério equitativo na tributação variação do justo valor como modelo contínuo.

De notar que as mais-valias fiscais realizadas com transmissão de ações ou partes de capital adquiridas antes de 1 de janeiro de 1989 não concorrem para a formação do lucro tributável, em quaisquer circunstâncias, dado o regime transitório previsto artigo 18.º-A do Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de dezembro.

1.5. Proposta de Lei 175/XII – Procede à reforma da tributação das sociedades

A reforma da tributação das sociedades é uma prioridade do Governo desde o início da sua legislatura. Paralelamente à apresentação da proposta do Orçamento do Estado para 2014, o Governo apresentou, na Assembleia de República, a Proposta de Lei n.º 175/XII, relativamente à reforma do IRC. Com o propósito, de corrigir um conjunto de problemas crónicos que penalizam a competitividade do nosso sistema fiscal.

Desde logo, o elevado nível das taxas aplicáveis. Atualmente, a taxa de IRC é de 25%. A esta acrescem a Derrama Municipal, cuja taxa pode ir até 1,5% do lucro tributável e a Derrama Estadual que incide, a uma taxa de 3%, sobre lucro tributável superior a 1,5 milhões de euros e até 7,5 milhões de euros e de 5% sobre lucro tributável superior a 7,5 milhões de euros.

Foi proposto uma redução gradual da taxa de IRC para 23% em 2014, com o objetivo final de a fixar entre 17% e 19% em 2016. Simultaneamente, propõe-se a eliminação da Derrama municipal e da Derrama Estadual em 2018, por forma a que as taxas de tributação em Portugal sejam competitivas em termos internacionais, nomeadamente com os países que concorrem com Portugal na atração de investimento estrangeiro.

Prevê-se ainda o alargamento do prazo de dedução de prejuízos fiscais e dos pagamentos especiais por conta para 12 períodos de tributação, ao invés dos atuais 5 e 4 períodos, respetivamente. Mais ainda, será reintroduzido um prazo de cinco períodos para dedução do crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional.

No contexto da Tributação dos Grupos de Sociedades, propõe-se a redução da percentagem de detenção relevante para 75% (ao invés dos atuais 90%) e a inclusão de sociedades no Grupo que sejam indiretamente detidas através de sociedades residentes noutro Estado-Membro da União Europeia.

Ao nível das medidas restritivas em matéria fiscal, salientamos a redução do montante dos gastos de financiamento dedutíveis para 1 milhão de euros, comparativamente com os atuais 3 milhões de euros. Embora tal limitação se justifique nos casos de subcapitalização de subsidiárias de grupos estrangeiros, na atual situação do tecido empresarial português, sobre endividado, a não dedução de encargos financeiros pode revelar-se perfeitamente injusta, ainda que a medida afete, principalmente, as grandes sociedades.

No âmbito da reforma do IRC propõe-se a introdução no ordenamento jurídico-nacional de um regime de *participation exemption* de cariz universal e horizontal – aplicável aos lucros e reservas distribuídos e, bem assim, às mais-valias realizadas – contribuirá significativamente para o incremento da competitividade do nosso país.

Assim, por proposta de lei, os lucros e reservas distribuídos, bem como as mais-valias e as menos-valias realizadas por sujeitos passivos de IRC com sede ou direção efetiva em território português, não concorrem para a determinação do lucro tributável, desde que se verifiquem cumulativamente os seguintes requisitos:

- o sujeito passivo detenha direta ou indiretamente uma participação não inferior a 5% do capital social ou dos direitos de voto da entidade que distribui os lucros ou reservas, de modo ininterrupto, pelo período de 12 meses, sendo que, no caso da distribuição de dividendos, se admite a aplicação do regime quando ainda não haja transcorrido este prazo, desde que a participação seja mantida posteriormente até que o mesmo se complete;
- O sujeito passivo não seja abrangido pelo regime de transparência fiscal;
- A entidade distribuidora dos lucros, ou cujos títulos representativos do respetivo capital social são objeto de uma transmissão onerosa ou operação equiparada, consoante o caso, esteja sujeita e não isenta de IRC, ou de imposto especial do jogo, ou de um impostos referido no artigo 2.º da Diretiva n.º 2011/96/EU, do Conselho de 30 de novembro, ou de um imposto de natureza idêntica ou similar ao IRC cuja taxa legal não seja inferior a 60% da taxa do IRC prevista no n.º 1 do artigo 87.º.

A adoção do novo regime de *participation exemption* de cariz universal dotará Portugal de um dos regimes mais abrangentes, na Europa, de isenção de tributação de dividendos e mais-valias fiscais decorrentes da alienação de partes sociais por parte de empresas, independentemente da sua natureza jurídica. Com a entrada em vigor deste regime, a utilização de uma SGPS deixa de ter especial vantagem numa perspetiva fiscal.

Apresentamos em seguida no quadro 4 as principais alterações de reforma da tributação das sociedades vigentes na Proposta de Lei n.º 175/XII.

Quadro 4. Análise das principais alterações fiscais da proposta de reforma da tributação das sociedades

	OE 2013	PL 175/XII
Taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	31.5% (25%+15%+3% ou 5%)	29.5% (23%+15%+3% ou 5%)
Regime de tributação de grupos de sociedades	90%	75%
Reporte de prejuízos fiscais	5 anos	12 anos
Limite na dedução de prejuízos fiscais (anual)	75% do lucro tributável	70% do lucro tributável
Limitação na dedução de encargos financeiros	Não dedutíveis se: Gastos financeiros líquidos > M€3 ou > 30% EBITDA	Não dedutíveis se: Gastos financeiros líquidos > M€1 ou > 30% EBITDA
Regime <i>Participation Exemption</i>	Exclusivo a SGPS	Universal
Percentagem de participação exigido	10%	5%
Período detenção mínimo exigido	1 ano	1 ano
Tributação de mais-valias de partes sociais	Regime Geral: 100% ou 50% com reinvestimento SGPS: não releva	Participation Exemption
Dedutibilidade de menos-valias de partes sociais	Regime Geral: 50% com restrições SGPS: não releva	Não, se aplicável o regime <i>participation exemption</i>
Juros incorridos em empréstimos contraídos para adquirir participações	Dedutíveis, exceto SGPS	Não dedutíveis, se aplicável o regime <i>participation exemption</i>
Regime reinvestimento	Tributação de 50% da diferença positiva entre as +/- valias	N/A

Fonte: Elaboração própria.

Em conclusão, é fundamental o alargamento do regime a dividendos recebidos fora da União Europeia, de forma a potenciar a internacionalização dos grupos económicos nacionais, sendo ponto-chave criar um regime de *participation exemption* atrativo em Portugal, a ser articulado com os benefícios fiscais para os investimentos nos países africanos de língua oficial portuguesa. Mais ainda, é necessário transformar Portugal numa plataforma para investimentos internacionais em África, para o que o regime das SGPS seja alinhado com o regime holandês, o mais competitivo a nível europeu.

Sublinhamos a necessidade de eliminar as restrições à dedução de menos-valias e encargos financeiros para que sejamos competitivos face aos regimes dos restantes Estados Membros.

2. ESTUDO DO INTERESSE NA CONSTITUIÇÃO DE UMA SGPS

Neste capítulo, pretendemos analisar as razões de ordem fiscal que normalmente são levadas em consideração quanto à constituição e à localização de uma sociedade *holding* numa determinada jurisdição.

O estudo que realizaremos obedecerá a uma metodologia qualitativa e de base documental, sem recurso a métodos e técnicas estatísticas, pelo facto de ser um estudo interpretativo, descritivo e comparativo. O método de investigação qualitativo baseia-se na compreensão absoluta e ampla do fenómeno em estudo, valorizando os significados. O objetivo desta abordagem de pesquisa é descrever ou interpretar, mais do que avaliar (Fortin, 1996). Este tipo de investigação obedece a uma lógica indutiva e descritiva, atendendo a que o investigador desenvolve conceitos e ideias baseados em modelos encontrados nos dados, contrariamente ao que acontece nos estudos quantitativos, em que se recolhem dados com o objetivo de confirmar modelos (Sousa e Batista, 2011).

Muito embora lhe seja reconhecida a falta de estrutura, este método permite um relacionamento mais extenso e flexível entre o investigador e o objeto de investigação, tornando aquele mais permeável ao contexto e emprestando à investigação um maior grau de subjetividade, havendo uma valorização da sua sensibilidade. Em virtude da sua característica holística, os estudos qualitativos permitem uma visão integral e uma compreensão geral do problema em análise, propósito que se pretende alcançar com o presente estudo.

Assim, elaboramos um exemplo prático que permita ilustrar uma das maiores vantagens fiscais derivadas da constituição de uma SGPS, nomeadamente a atenuação da tributação sobre os dividendos na esfera do acionista em Portugal e, por fim, partindo de um estudo comparativo elaborado pela Deloitte, efetuamos a análise comparada entre o sistema fiscal das sociedades *holdings* em Portugal, Espanha e Holanda.

2.1. Otimização fiscal na alienação das participações fiscais à SGPS

Constatação do problema

As SGPS podem ser utilizadas como instrumento de planeamento fiscal que, complementado com outros instrumentos fiscais, podem proporcionar criação de valor na esfera pessoal do acionista.

Até 2009, as mais-valias resultantes da transmissão das ações eram isentas de tributação, desde que fossem detidas pelo seu titular durante mais de 12 meses, de acordo com o que vinha preconizado na alínea a), n.º 2, do artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (CIRS).

Relativamente às mais-valias da alienação das quotas eram até 2009 tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) à taxa especial de 10% (n.º 4, do artigo 72.º do IRS).

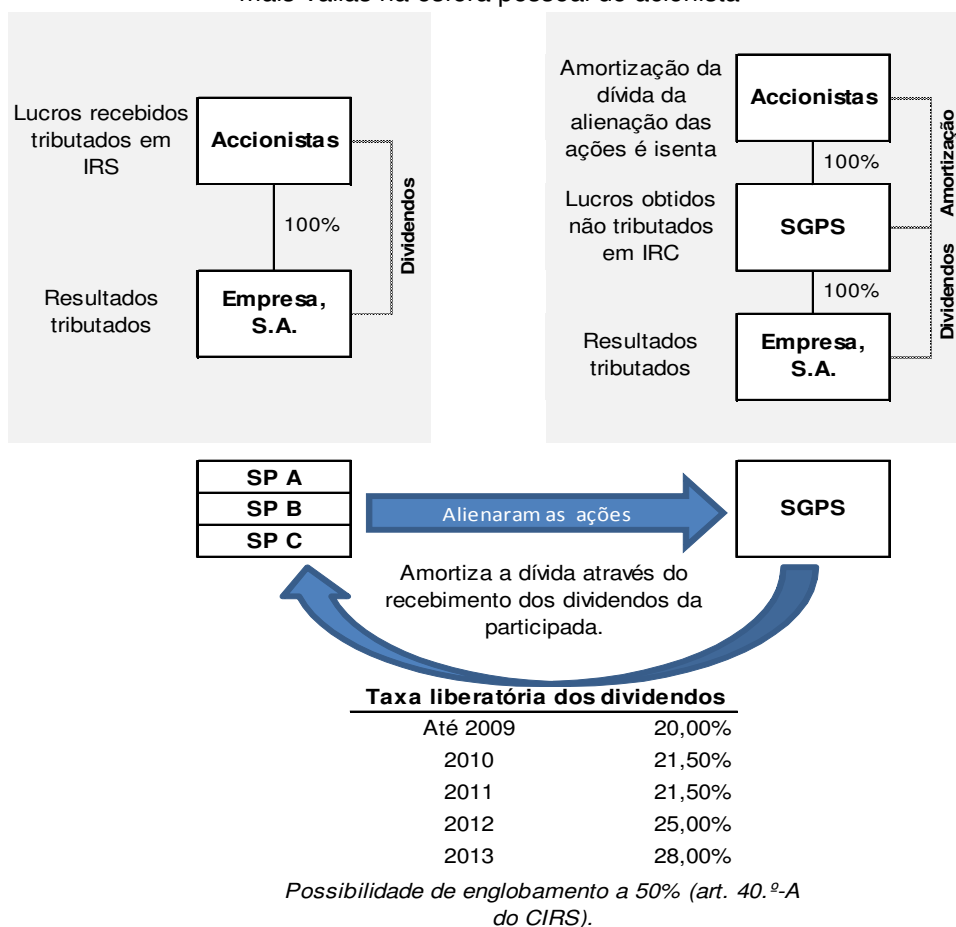
Desta forma, podia-se transformar uma sociedade por quotas em sociedade anónima e passados 12 meses após a transformação, alienava-se as ações sem tributação das mais-valias, isto é, a operação podia ser efetuada com a finalidade de obter o benefício fiscal inerente à isenção das mais-valias resultantes da transmissão das ações, sem prejuízo, obviamente de outras vantagens (Guimarães, 2008).

Na prática, era possível, até 2009, alienar as participações sociais estando a mais-valia isenta de tributação na esfera pessoal do acionista.

Devemos ou não considerar este ato como planeamento fiscal abusivo? Ou devemos simplesmente colocar em causa a não tributação das mais-valias das ações?

Nesta linha de pensamento, houve quem salvaguardasse a tributação dos atuais e futuros lucros aos seus acionistas através da alienação das ações à SGPS, detida pelos mesmos acionistas, ou seja, de uma forma indireta dá-se lugar à venda e à compra das mesmas ações pelos mesmos titulares, sem que haja lugar a tributação. Assim, essa mais-valia, em substância, resulta em dividendos distribuídos aos seus acionistas. Podemos ver estas operações resumidas esquematicamente na figura 7.

Figura 7. Esquematização genérica da constituição de uma SGPS com a finalidade da isenção das mais-valias na esfera pessoal do acionista



Fonte: Elaboração própria.

Da análise à figura 7, é possível retirar as seguintes conclusões:

1. Os detentores do capital da Empresa, S.A. após a alienação das ações mantêm-se os mesmos, através da detenção do capital da SGPS;
2. As mais-valias resultantes da alienação não são tributadas na esfera pessoal do acionista;
3. No limite, poderá não haver lugar a qualquer pagamento relativo à transmissão das ações, diferindo o seu pagamento;
4. Todos os dividendos distribuídos à SGPS não são tributados;
5. O pagamento da compra das ações através do recebimento dos dividendos não é tributado, uma vez que à data do contrato de compra e venda as mais-valias eram isentas.

Entendemos que este esquema se afigura como alegado epicentro de um puzzle lesivo, estando em causa um planeamento e uma estrutura de atos e negócios jurídicos, tanto

relacionados com a reorganização empresarial como com o investimento que o motiva, que não têm uma evidente justificação económica. Ou seja, podemos concluir que esta venda se assume como ato e negócio central de uma estrutura de atos e negócios jurídicos essenciais ou principalmente dirigidos à obtenção de uma vantagem fiscal, o não pagamento de impostos sobre os lucros distribuídos.

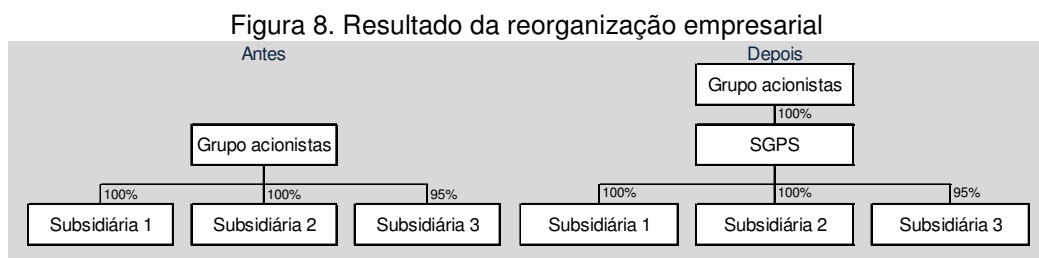
O que está em causa não é a criação de uma SGPS, nem tão pouco, a isenção que era prevista na alienação das ações detidas por um período não inferior a 12 meses, porque isso, o legislador tinha claramente previsto. O que está em causa é, simplesmente, a utilização destes dois regimes fiscais, no passado legais, construindo um veículo pelo qual a forma jurídica se modifica, mas na substância nada se altera, gozando desses mesmos benefícios.

Como referimos, a compra/venda das participações das sociedades detidas pelos mesmos acionistas da SGPS, muitas vezes diferindo o pagamento das mesmas, é um forte indício de descapitalização futura das participadas, sem um custo fiscal. Podemos levantar outras questões, não de cariz fiscal, como por exemplo, que garantias têm os restantes credores que a participada cumprirá os seus compromissos assumidos perante eles, uma vez que está fortemente condicionada a distribuir dividendos à SGPS, para que esta liquide a dívida da compra das suas ações?

Vamos de seguida, apresentar um exemplo prático onde se evidenciam as vantagens fiscais da criação de uma SGPS atendendo aos diferentes contextos normativos.

Exemplo prático

O exemplo apresentado resulta de uma reorganização empresarial, criando um grupo de empresas encabeçado por uma SGPS, tendo, para tal, executado um conjunto de atos e negócios jurídicos, em 2009, conforme exposto na figura 8.



A SGPS adquiriu as ações dos seus acionistas pelo valor total de € 17.685.000, resultando um *Goodwill* total no valor de € 8.950.000, conforme os dados do quadro 5.

Quadro 5. Percentagem e custo de aquisição das subsidiárias

Dados	Subsidiária 1	Subsidiária 2	Subsidiária 3
Percentagem de participação	100%	100%	95%
Custo de aquisição	16.650.000	750.000	285.000
% CP	7.000.000	700.000	285.000
Diferenças JV	750.000	0	0
Goodwill	8.900.000	50.000	0

Apresentamos em seguida o balanço da SGPS, de 2009 a 2012, é apresentado no quadro 6 para que se possa aferir os efeitos da reorganização empresarial.

Quadro 6. Balanço da SGPS, 2009 a 2012

RUBRICAS	2009		2010			2011		2012		
	%	Valor	%	Valor	Varição	%	Valor	Varição	%	Valor
Valores em Euros										
ATIVO										
Ativo não corrente										
Investimentos financeiros	99,90%	19.143.800	98,47%	19.328.300	0,96%	93,54%	18.105.800	-6,32%	93,74%	18.917.550
Subsidiária 1	94,97%	18.200.000	93,23%	18.300.000	0,55%	88,29%	17.090.000	-6,61%	87,81%	17.720.000
Subsidiária 2	3,91%	749.050	3,81%	748.050	-0,13%	4,54%	878.050	17,38%	5,42%	1.093.050
Subsidiária 3	1,02%	194.750	1,43%	280.250	43,90%	0,71%	137.750	-50,85%	0,52%	104.500
Outros ativos financeiros	0,00%		1,40%	275.000	100,00%	5,42%	1.050.000	281,82%	5,70%	1.150.000
	99,90%	19.143.800	99,87%	19.603.300	2,40%	98,96%	19.155.800	-2,28%	99,44%	20.067.550
Ativo corrente										
Estado e outros entes públicos	0,00%		0,00%		0,00%	1,01%	195.000	100,00%	0,37%	75.000
Outras contas a receber	0,00%		0,00%		0,00%	0,00%	300	100,00%	0,00%	1.000
Diferimentos	0,00%		0,00%		0,00%	0,01%	2.750	100,00%	0,01%	2.500
Caixa e depósitos bancários	0,10%	19.750	0,13%	25.615	29,70%	0,02%	3.365	-86,86%	0,17%	34.915
	0,10%	19.750	0,13%	25.615	29,70%	1,04%	201.415	686,32%	0,56%	113.415
Total do ativo	100,00%	19.163.550	100,00%	19.628.915	2,43%	100,00%	19.357.215	-1,38%	100,00%	20.180.965
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO										
Capital próprio										
Capital realizado	0,26%	50.000	0,25%	50.000	0,00%	0,26%	50.000	0,00%	0,25%	50.000
Reservas legais	0,00%		0,05%	10.000	100,00%	0,05%	10.000	0,00%	0,05%	10.000
Outras reservas	0,00%		8,88%	1.743.550	100,00%	15,08%	2.918.915	67,41%	16,56%	3.341.665
Atividade auxiliar	0,00%		-0,03%	-5.250	100,00%	-0,07%	-14.385	174,00%	-0,01%	-1.085
Subsidiária 1	0,00%		9,37%	1.840.000	100,00%	15,19%	2.940.000	59,78%	17,29%	3.490.000
Subsidiária 2	0,00%		0,00%	-950	100,00%	-0,01%	-1.950	105,26%	0,00%	-100.000
Subsidiária 3	0,00%		-0,46%	-90.250	100,00%	-0,02%	-4.750	-94,74%	-0,73%	-147.250
Ajustamentos em ativos financeiros	2,61%	500.000	2,50%	490.000	-2,00%	2,48%	480.000	-2,04%	2,96%	598.050
Subsidiária 1	2,61%	500.000	2,50%	490.000	-2,00%	2,48%	480.000	-2,04%	2,33%	470.000
Subsidiária 2	0,00%		0,00%		0,00%	0,00%		0,00%	0,63%	128.050
Subsidiária 3	0,00%		0,00%		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%	
Resultado líquido do período	2,87%	550.000	11,68%	2.293.550	317,01%	17,87%	3.458.915	50,81%	19,82%	3.999.715
Total do capital próprio	9,15%	1.753.550	5,99%	1.175.365	-32,97%	2,85%	550.800	-53,14%	5,43%	1.096.250
	12,02%	2.303.550	17,67%	3.468.915	50,59%	20,71%	4.009.715	15,59%	25,25%	5.095.965
Passivo										
Passivo corrente										
Estado e outros entes públicos	0,00%		0,00%		0,00%	0,06%	12.500	100,00%	0,07%	15.000
Acionistas	0,00%		0,00%		0,00%	1,29%	250.000	100,00%	1,31%	265.000
Outras contas a pagar	87,98%	16.860.000	82,33%	16.160.000	-4,15%	77,93%	15.085.000	-6,65%	73,36%	14.805.000
	87,98%	16.860.000	82,33%	16.160.000	-4,15%	79,29%	15.347.500	-5,03%	74,75%	15.085.000
Total do passivo	87,98%	16.860.000	82,33%	16.160.000	-4,15%	79,29%	15.347.500	-5,03%	74,75%	15.085.000
Total do capital próprio e do passivo	100,00%	19.163.550	100,00%	19.628.915	2,43%	100,00%	19.357.215	-1,38%	100,00%	20.180.965

No Quadro 7 apresentam-se dados adicionais referentes às subsidiárias e que nos permitem ter um maior conhecimento relativo ao seu desempenho durante os anos em análise.

Quadro 7. Dados adicionais sobre as subsidiárias da SGPS, 2009 a 2012

Valores em Euros				
RUBRICAS	2009	2010	2011	2012
Subsidiária 1				
Capital social	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
RLP	1.850.000	1.100.000	550.000	910.000
Capital próprio	8.550.000	8.650.000	7.440.000	8.070.000
Dividendos distribuídos	800.000	1.000.000	1.760.000	280.000
Subsidiária 2				
Capital social	500.000	500.000	500.000	500.000
RLP	-950	-1.000	130.000	215.000
Capital próprio	699.050	698.050	828.050	1.043.050
Subsidiária 3				
Capital social	300.000	300.000	300.000	300.000
RLP	-95.000	90.000	-150.000	-35.000
Capital próprio	205.000	295.000	145.000	110.000

Ao se analisar os dados do quadro 6 e 7 é possível calcular o impacto fiscal da operação que se apresenta no quadro 8.

Quadro 8. Impacto fiscal da reorganização empresarial

		2009	2010	2011	2012	Total
Saldo inicial "Outras contas a pagar"	1	17.685.000	16.860.000	16.160.000	15.085.000	
Saldo final "Outras contas a pagar"	2	16.860.000	16.160.000	15.085.000	14.805.000	
Liquidação do investimento	3=[1-2]	825.000	700.000	1.075.000	280.000	2.880.000
Taxa liberatória (dividendos)	4	20,0%	21,5%	21,5%	25,0%	
Valor retido na fonte	5=[3x4]	165.000	150.500	231.125	70.000	616.625
Impacto fiscal total						4.762.025

Para que fosse possível aferir o impacto fiscal total, numa base de caixa, assumimos a premissa de fixar a taxa liberatória em 28% para os restantes lucros não distribuídos. Assim sendo, constatamos que se o mesmo acionista não tivesse recorrido ao respetivo esquema fiscal e mantivesse a política de distribuição de dividendos, os lucros auferidos pelo mesmo seriam tributados a uma taxa liberatória, totalizando uma receita fiscal no valor de € 4.762.025.

A questão reside, essencialmente, em saber se a atuação do sujeito passivo se situa *intra* ou *extra legem*, ou seja, se o planeamento fiscal que adotou é legítimo ou ilegítimo, se é não abusivo ou abusivo.

Relativamente ao caso em apreço, constatamos que comparando de uma forma isolada e objetiva os negócios jurídicos da reorganização empresarial pela constituição de uma SGPS e a subsequente venda de ações não alterando a estrutura societária superior (atos ou negócios jurídicos realizados) e da eventual manutenção da posse das ações pelos seus acionistas e a subsequente distribuição de dividendos (atos ou negócios

jurídicos equivalentes ou de idêntico fim económico), é inequívoco que a primeira situação beneficia de um regime legal de tributação mais vantajoso do que a segunda, pois, enquanto a primeira não é objeto de tributação, a segunda é considerada um dividendo, rendimento esse tributado na fonte.

Embora, consideremos estar perante uma situação de lacuna consciente de tributação, se o legislador, ao mesmo tempo que tributa os dividendos, deixa por tributar as mais-valias das ações, não pode deixar de se aceitar fiscalmente a reorganização empresarial encabeçada por uma SGPS mesmo que a reorganização empresarial seja motivada por razões exclusivamente fiscais.

Em torno dos negócios jurídicos centrais – a reorganização empresarial através de uma SGPS, configura, na nossa ótica, o meio artificioso utilizado, que face à realidade e dimensão económica, estrutural e societária em concreto, se revela manifestamente desnecessária e denuncia claramente a intenção artificiosa da sua utilização, ou seja, evitar a tributação que seria devida. Assim, considerando que aqueles negócios jurídicos visaram, em primeira instância, a exclusão da tributação dos dividendos em sede de IRS na esfera do acionista.

Estes reparos aos esquemas legais e fiscais favorecem a acumulação de ganhos de milhões com mínimos de tributação. Edificar uma sociedade sem contrapoderes delimitadores de excessivo acumular de riqueza é inconveniente, perigoso, pois beneficia muito poucos, em detrimento de muitos (Ferreira: 2002).

Não nos é possível contabilizar o número de SGPS constituídas no passado que gozaram deste benefício, contudo é nos permitido aferir que houve um aproveitamento claro deste mecanismo e o qual trouxe enormes poupanças fiscais àqueles que dela beneficiaram.

Assim, o nosso primeiro objetivo, “Constatar as principais vantagens fiscais decorrentes da constituição de uma SGPS” ficou demonstrado com este exemplo prático, resumindo-se que grande parte das SGPS constituídas ao longos deste últimos anos tiveram como objetivo salvaguardar a tributação dos dividendos por parte do acionista e sendo o que, possivelmente, esteve na origem do crescimento da constituição de SGPS durante o período de 2007 a 2009.

2.2. As sociedades *holding* no direito comparado: experiência espanhola e holandesa

Neste ponto comparamos o regime fiscal sobre os rendimentos das sociedades Holdings, em Portugal com os regimes europeus de referência, com a finalidade de evidenciarmos as semelhanças e as diferenças na tributação destes sujeitos passivos.

Recorreremos ao confronto do regime português com duas jurisdições europeias: Holanda, pelo reconhecimento que granjeia enquanto jurisdições fiscais estáveis e competitivas; e Espanha, enquanto ordenamento que partilha o mesmo espaço geográfico com Portugal.

Uma estratégia de planeamento fiscal à escala global implica saber, numa ótica transnacional, a melhor localização das diversas unidades orgânicas, de modo a obter-se a menor taxa efetiva de tributação.

2.2.1. O regime espanhol

No ordenamento jurídico tributário espanhol a figura de sociedade *holding* adota a designação de *Entidades de Tenencia de Valores Extranjeros* (ETVE), tendo de preencher os seguintes requisitos, segundo o artigo 129.º da *Ley del Impuesto sobre Sociedades*:

- O objeto social da sociedade pode ser qualquer um, desde que compreenda também a gestão e administração de participações em entidades não residentes em Espanha. Uma sociedade pode, pois, ampliar o seu objeto social mediante alteração dos estatutos de modo a que estes incluam a referida atividade;
- É imprescindível que a ETVE disponha de recursos materiais e humanos próprios para levar a cabo a sua atividade. Entende-se que tal requisito se encontra verificado quando disponham de um local destinado à própria atividade económica e de uma pessoa empregada;
- Os títulos representativos das participações no capital da ETVE devem ser nominativos;
- Não se pode tratar de uma sociedade transparente, já que estas ficam excluídas do regime em causa.

A ETVE tem um regime fiscal atrativo a nível das mais-valias e dividendos relacionados com partes de capital em entidades não residentes em Espanha, diferenciando-se

positivamente dos outros tipos de empresas. É este regime fiscal que potencia a atração do investimento estrangeiro e é este que a torna um interessante veículo de investimento.

De facto, os dividendos ou lucros distribuídos e as mais-valias resultantes da transmissão de participações sociais em entidades não residentes estão isentas de tributação, desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

i. Percentagem de participação mínima

A ETVE detenha uma participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% na entidade não residente ou o custo de aquisição na entidade não residente seja igual ou superior a € 6.000.000. A participação em causa deverá ter sido ininterruptamente detida durante o ano anterior à distribuição de dividendos ou, pelo menos, seja detida posteriormente durante 1 ano;

ii. Rendimentos sujeitos a tributação

A entidade participada tem de ter estado sujeita no estrangeiro a imposto de natureza idêntica ou análoga ao *Impuesto sobre Sociedades* no exercício em que se obtiveram os rendimentos que se distribuem. Se a entidade não residente se encontrar localizada num território considerado pelas autoridades fiscais espanholas como paraíso fiscal, o regime não é aplicado.

iii. Natureza dos rendimentos distribuídos

Os dividendos ou lucros distribuídos têm de provir de atividades empresariais realizadas no estrangeiro e considera-se verificado quando pelo menos 85% dos rendimentos do exercício a que se referem os benefícios distribuídos correspondam a rendimentos obtidos no estrangeiro e que não sejam suscetíveis de ser incluídos na base tributável por aplicação do regime de transparência fiscal internacional.

Para que estejam isentos os rendimentos provenientes da transmissão das participações nas entidades não residentes – as mais-valias – é igualmente necessário o preenchimento dos requisitos acima descritos.

Para o efeito, a participação mínima exigida deverá verificar-se no dia em que ocorre a transmissão. Os requisitos de sujeição pela participada a um imposto estrangeiro e de os rendimentos provirem de uma atividade empresarial devem verificar-se durante todo o tempo de detenção da participação.

Uma última nota para referir que, caso se aplique a isenção aos dividendos de fonte estrangeira, não pode ser integrado na base tributária a depreciação da participação, independentemente da forma e do período tributário em que se manifeste, até ao montante de tais dividendos.

As menos-valias fiscais decorrentes da alienação de entidades não residentes são dedutíveis fiscalmente.

O *Goodwill* decorrente da aquisição de uma participação numa entidade não residente que se qualifique no regime ETVE é dedutível fiscalmente por um período de cem anos.

As regras de subcapitalização deixaram-se de aplicar em Espanha a partir de 1 janeiro de 2012. A partir dessa data, os gastos financeiros líquidos passam a ser dedutíveis até à concorrência do maior dos seguintes limites: 1 milhão de euros ou 30% EBITDA.

Relativamente às formalidades, as entidades que quiserem aplicar o regime da ETVE deverão comunicar tal facto às autoridades tributárias espanholas.

Por último, uma vez que a aplicação deste regime fiscal está sujeita ao cumprimento dos requisitos acima expostos, o sujeito passivo está obrigado a fazer prova dos mesmos a pedido da Administração Tributária.

Para além dos benefícios relativos à tributação da própria sociedade, o regime da ETVE prevê ainda benefícios para os respetivos sócios. Assim, se os sócios não forem residentes em Espanha, os lucros distribuídos não são sujeitos a retenção em Espanha. Do mesmo modo, as mais-valias obtidas com a transmissão das participações na ETVE na generalidade dos casos não se consideram obtidas em Espanha pelo que não serão aí tributadas. Estes benefícios só não serão aplicados se os sócios residirem num país com um regime fiscal claramente mais favorável. O mesmo regime é aplicável no caso de separação do sócio ou dissolução da ETVE.

2.2.2. O regime holandês

As estatísticas relativas ao Investimento Direto Estrangeiro mostram que a Holanda é o maior investidor em Portugal e que é também o país que recebe mais investimento português. Estes fluxos de capital estão grandemente relacionados com atividades de empresas *holdings* criadas na Holanda, que usufruem de benefícios fiscais nesse mesmo país. “Isto resulta na transferência de lucros de Portugal para outras jurisdições e numa

redução da fatura fiscal das empresas”, sublinha o estudo do SOMO - Centro para a Investigação em Empresas Multinacionais (SOMO, 2013).

Neste estudo também é realçado que 19 das 20 empresas cotadas no PSI-20 (o índice da Bolsa de Lisboa) têm a sede noutros países para pagarem menos impostos. Esses 19 grupos detêm 74 sociedades com sedes noutros países onde auferem de vantagens fiscais em relação a Portugal. A Holanda é o destino preferido das empresas do PSI-20.

As formas de pessoas jurídicas holandesas mais tipicamente utilizadas para *holding* são N.V. (sociedade de responsabilidade limitada de capital aberto), a qual é usada para registo na bolsa de valores, e B.V. (sociedade de responsabilidade limitada de capital fechado), uma forma societária usada geralmente para sociedades privadas. As N.V. e B.V. são representadas por um conselho de administração que é nomeado pela assembleia de acionistas. As normas aplicáveis às N.V. e B.V. são muito semelhantes, embora a B.V. permita um pouco mais de flexibilidade. Não há nenhuma restrição no direito societário em função da nacionalidade ou número de acionistas ou conselheiros.

De facto, os dividendos ou lucros distribuídos e as mais-valias resultantes da transmissão de participações sociais em entidades não residentes estão isentas de tributação, desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

i. Percentagem de participação mínima (*ownership test*)

A sociedade holandesa detenha uma participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% na entidade;

ii. Rendimentos sujeitos a tributação (*subject to tax test*)

A subsidiária está sujeito a uma taxa efetiva de imposto de pelo menos 10% com base em princípios do imposto holandeses;

iii. Estrutura do ativo da subsidiária (*asset test*)

Menos de 50% do ativos da subsidiária qualificam-se como instrumentos financeiros em carteira livremente descartáveis.

Para as subsidiárias com uma taxa efetiva de tributação abaixo de 10%, aplica-se um sistema de crédito fiscal.

Para B.V.: regra geral as convenções para evitar a dupla tributação económica preconizam a redução a um máximo de 5% quando o beneficiário efetivo for uma sociedade. Embora as convenções com o México, Noruega, Singapura, Suíça e os EUA, estipulam uma isenção total.

A partir de 1 de janeiro de 2013, há novas regras anti-abuso da dedução de juros. A partir dessa data, os gastos financeiros com aquisição de participações sociais passam a ser dedutíveis até € 750.000.

A empresa-mãe pode ser tributada com uma ou mais das suas subsidiárias, em que os prejuízos de uma empresa podem ser compensados com os lucros das outras e os ativos fixos tangíveis de uma empresa podem ser transferidos para outra sem que sejam tributados. Para se qualificar para no perímetro de consolidação fiscal, a empresa-mãe deve possuir pelo menos 95% dos direitos legais de voto e deve ter o direito de pelo menos 95% do lucro e do capital da subsidiária.

Uma característica única do sistema tributário holandês é a atuação das autoridades fiscais holandesas, conhecidas por sua atitude profissional e cooperativa. Em geral, é possível que o contribuinte obtenha um esclarecimento prévio em relação ao tratamento fiscal holandês aplicável às estruturas de investimento internacional mediante um procedimento eficiente e transparente.

2.2.3. Síntese geral dos regimes fiscais das sociedades *holding*

As conclusões que se podem retirar desse confronto de regimes são, em resumo, as seguintes:

- Holanda e Espanha possuem uma extensa rede de convenções para evitar a dupla tributação económica, de modo a assegurar a redução ou eliminação da tributação no país da fonte incidente sobre os rendimentos auferidos em decorrência do pagamento de dividendos/juros/royalties, conforme anexo 1;
- A taxa aplicável em Portugal encontra-se acima da média da União Europeia e é superior à taxa aplicável na Holanda e na Espanha;
- As limitações do RETGS português colocam-no atrás dos regimes congéneres europeus, por não se tratar de um verdadeiro regime de consolidação fiscal, uma vez que não se tem em consideração as transações intra-grupo, existindo inúmeras limitações à constituição do grupo fiscal e à delimitação do seu perímetro, bem como à dedução dos prejuízos fiscais;

- Os requisitos para aplicação do regime *participation exemption* são muito mais rigorosos em Portugal do que na Holanda ou na Espanha, relativamente, às características societárias da *Holding* e do nível de participação exigido;
- As regras de tributação de dividendos e de mais-valias, bem como das respetivas componentes negativas (menos-valias e encargos financeiros), são menos competitivas em Portugal;
- O regime português das SGPS não acrescenta competitividade em termos internacionais e pode conduzir a que a tributação dos rendimentos da alienação das partes de capital seja mais onerosa do que no regime geral.

O quadro seguinte condensa, esquematicamente, o confronto dos diferentes regimes:

Quadro 9. Quadro comparativo de regimes fiscais de tributação das sociedades *holding*

	Holanda	Portugal	Espanha
Advanced rulings	Sim, mas não necessário	Sim	Sim, mas não necessário
Operações vedadas	Não	Sim	Não
Requisitos de substância	Não	Não	Sim
Imposto sobre entradas de capital	Não	Não	Normalmente não
Regime especial para sociedades <i>holding</i>	N/A	SGPS	ETVE
Controlled Foreign Corporation ou legislação equivalente	Não	Sim	Sim
Convenções para evitar a dupla tributação económica	90	54	85
Taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	LT<€200.000: 20% LT≥€200.000: 25%	31.5% (25% + 1,5% + 3% ou 5%)	30%
Regime de tributação de grupos de sociedades	Sim, com consolidação fiscal	Sim, sem consolidação fiscal	Sim, com consolidação fiscal
Tributação dividendos	Isento	Isento/ Crédito imposto para os estrangeiros	Isento desde que certas exigências sejam cumpridas
Percentagem de participação exigido	5%	10%	5% ou um custo de aquisição de pelo menos € 6 milhões
Período detenção mínimo exigido (dividendos)	N/A	1 ano	1 ano
Taxa de retenção na fonte sobre dividendos pagos a não-residentes – Sem convenção – Convenção – EU/EEA	0%/ BV:15% 0% – 15% 0%	25%/ 35% 5% – 15% 0%	0%/21% 0% – 19% 0%
Requisitos de substância para subsidiárias estrangeiras	Não	Não	Sim

	Holanda	Portugal	Espanha
Tributação das mais-valias	Isento	Isento	Isento desde que certas exigências sejam cumpridas
Período detenção mínimo exigido (mais-valias)	N/A	1 ou 3 anos	1 ano
Menos-valias dedutíveis	Somente as perdas de liquidação, em circunstâncias específicas	Não	Sim
Depreciação do Goodwill	Não	Não	Sim
Regras de subcapitalização ou outras restrições à dedutibilidade de juros	Sim	Sim	Sim
Dedutibilidade dos encargos financeiros contraídos para adquirir participações	Sim	Não	Sim
Taxa de retenção na fonte sobre juros pagos a não residentes			
– Sem convenção	0%	25%/ 35%	21%
– Convenção	0%	5% – 15%	0% – 15%
– EU/EEA	0%	5%	0%

Fonte: Adaptado de Deloitte (2013).

Em suma, constatamos que o atual RJSGPS não apresenta competitividade em termos internacionais, uma vez que o regime nacional não evita a dupla tributação económica dos dividendos com origem fora do espaço europeu ou da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, como o demonstra a utilização de sociedades *holdings* fora de Portugal.

Da análise às convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal, Holanda e Espanha realçamos no quadro 10 as convenções exclusive de cada país em comparação com os restantes países em estudo.

Quadro 10. Quadro comparativo das convenções para evitar a dupla tributação celebradas exclusive por Portugal, Holanda e Espanha

Portugal		Holanda		Espanha	
Cabo Verde	Moçambique	Antilhas Neerlandesas	Omã	Bolívia	Quirguistão
Guiné-Bissau	San Marino	Aruba	Sri Lanka	Bósnia e Herzegovina	Tajiquistão
Macau	Timor-Leste	Bahrain	Suriname	Costa Rica	Trinidad e Tobago
		Bangladesh	Taiwan	Equador	Turcomenistão
		Gana	Uganda	El Salvador	República Dominicana
		Jordânia	Zâmbia	Irão	Senegal
		Malawi	Zimbabwe	Jamaica	
		Mongólia	Etiópia		
		Montenegro			

Fonte: Elaboração própria.

Desta forma também atingimos o nosso 2º objetivos “Aferir as principais diferenças do regime português de tributação face ao da Holanda e da Espanha enquanto ordenamentos europeus de referência”, mostrando não só as diferenças, como também, a menor competitividade relativa do sistema português.

3. CONCLUSÕES

A presente dissertação teve como finalidade o estudo sobre as SGPS quanto ao seu regime jurídico e fiscal com o objetivo de responder à nossa questão de investigação “Do ponto de vista fiscal existe competitividade face aos regimes europeus de referência para incentivar os grupos económicos a constituir uma SGPS?”

Pelo que, começámos por expor a evolução do normativo jurídico e fiscal deste tipo de sociedades, descrevemos o estado atual do regime fiscal podendo-se concluir que dos rendimentos obtidos pelas SGPS, apenas as mais-valias resultantes da alienação de participações sociais têm um tratamento fiscal privilegiado, em detrimento, nos mesmos casos, da não dedutibilidade das menos-valias e dos juros de financiamento relativos à aquisição de partes de capital.

A fim de exemplificar as eventuais vantagens fiscais das SGPS desenvolvemos um exemplo prático e, por fim, efetuámos uma análise comparativa realçando os pontos de contacto e de afastamento dos normativos português, holandês e espanhol.

Da análise ao regime jurídico das SGPS, salientamos as seguintes conclusões:

- ✓ A criação de um regime jurídico próprio para as SGPS foi delineado com o objetivo de promover a criação de grupos económicos, permitindo a consolidação das empresas portuguesas, através da agregação numa única entidade das participações detidas obtendo-se, consequentemente, vantagens resultantes na gestão centralizada das mesmas;
- ✓ O objeto social das SGPS é um dos requisitos especiais previstos no contrato social, estando limitado à gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas;
- ✓ Outra particularidade das SGPS prende-se com o facto de, independentemente da adoção do tipo de sociedade, anónima ou por quotas, ultrapassando ou não os limites previstos no artigo 262.º do CSC, terão sempre, por força do seu regime jurídico, de nomear um revisor oficial de contas;
- ✓ Dentro do âmbito da atividade prosseguida, o legislador entendeu configurar um conjunto de factos cuja prática pela SGPS é ilícita, nomeadamente, e com as ressalvas analisadas ao longo do presente trabalho, a aquisição e manutenção de bens imóveis, a alienação de participações até ao decurso de um ano da aquisição, bem como a concessão de crédito;

- ✓ As SGPS gozam de um regime fiscal especial conforme já inicialmente referido pelo Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de dezembro, “tendo em vista a concessão de benefícios, sem os quais, de resto, tais sociedades teriam viabilidade duvidosa ou pouco interesse prático”.

Da análise efetuada ao regime fiscal das SGPS, podemos, em síntese, concluir que dos rendimentos obtidos pelas SGPS, apenas as mais-valias resultantes da alienação de participações sociais têm um tratamento fiscal privilegiado, em detrimento, nos mesmos casos, da não dedutibilidade das menos-valias e dos encargos financeiros relativos à aquisição de partes de capital.

Assim, da análise do regime fiscal das SGPS e da comparação com o regime fiscal das sociedades holding espanholas e holandesas, salientamos:

- ✓ O atual regime fiscal das SGPS embora, exclua as mais-valias das SGPS, independentemente da existência ou não de reinvestimento, revela-se extramente gravoso, sobretudo atendendo ao panorama geral da economia portuguesa em que é muito mais frequente que as empresas apresentem saldos negativos de mais e menos-valias do que a situação inversa (Guerreiro, 2008);
- ✓ A falta de competitividade em termos internacionais e a exclusividade do regime fiscal, tem vindo promovendo distorções comportamentais na adoção deste tipo de estruturas que são geradoras de custos de transação;
- ✓ As regras de tributação de rendimentos de fonte estrangeira, aliadas, no caso dos dividendos e mais-valias, à inaplicabilidade, em muitas situações, de regras para eliminação da dupla tributação económica, colocam Portugal num patamar de menor competitividade relativamente aos restantes Estados Membros;
- ✓ O que varia de país para país para a admissibilidade das sociedades *holding* ao regime de *participation exemption* referente a dividendos, mais ou menos-valias fiscais é a obrigatoriedade do cumprimento de mais ou menos requisitos (de ordem temporal, a percentagem de participação, o valor de aquisição da participada, a natureza dos rendimentos ou o nível de tributação dos mesmos). Em Portugal, ao contrário da maioria dos países da Europa, o regime de *participation exemption* só é aplicado às SGPS (*holding pura*);
- ✓ As limitações do RETGS, não obstante as limitações subjacente à definição do perímetro, colocam-no atrás dos regimes congéneres europeus.

Assim, podemos concluir que, as SGPS apresentam vantagens fiscais fundamentais para o desenvolvimento de operações necessárias à expansão dos Grupos económicos

(orgânica ou por aquisição), sendo que as principais desvantagens são: (i) a não dedutibilidade dos encargos financeiros com a aquisição de partes de capital, pelo que a este nível reveste-se de primordial importância uma correta gestão do endividamento; (ii) e a não dedutibilidade das menos-valias realizadas (quer associadas à alienação ou liquidação de participadas). O referido regime deveria ser aplicável a sociedades *holding mistas* deixando de se exigir a obrigatoriedade da exclusividade do objeto contratual.

As limitações do regime fiscal das SGPS prende-se, sobretudo, a um regime pouco competitivo e passível de várias interpretações. Não evoluiu de forma a acompanhar a crescente complexidade e necessidade de reestruturação dos grupos empresariais e do financiamento da atividade, tendo gerado incertezas e indefinições que dificultam a sua aplicação, tendo a autoridade tributária assumido uma posição muito restritiva relativamente a certas matérias, nomeadamente a dedutibilidade dos encargos financeiros e como resultado, tem-se assistido a uma crescente deslocalização das sociedades *holding* para países como Holanda ou Espanha, onde o regime é claramente mais favorável.

Durante a realização deste trabalho deparámo-nos com algumas dificuldades. Assim, não nos foi possível obter qualquer estudo de onde constem o valor das aquisições das partes sociais adquiridas a partes relacionadas, bem como o impacto fiscal que essas mesmas aquisições tiveram nos cofres do Estado. Para além da importância que estas questões adquirem ao nível da economia e da transparência, fica limitada a comparação que com este estudo se pretendia.

Pretendemos que este estudo constitua um contributo para a literatura da especialidade. Cremos que a investigação nesta área tem um longo caminho a percorrer, pelo que deixamos, modestamente, algumas sugestões para estudos futuros.

A primeira está associada à inexistência de informação relativa às aquisições de partes sociais em que o acionista beneficia da isenção de tributação da mais-valia na esfera pessoal e na aquisição dessa mesma parte social por uma SGPS por si detida. Atendendo ao facto de não termos conhecimento de qualquer estudo sobre a correlação destes dois fatores, não nos foi possível efetuar o impacto real deste tipo de transação. Nesse sentido, sugerimos um estudo que se debruce na determinação do impacto fiscal nos cofres do Estado, nos anos de 2007 a 2009.

A segunda sugestão prende-se com o facto de o nosso estudo se ter centrado nas empresas com sede ou direção efetiva em Portugal Continental. Atendendo à existência

de um regime fiscal das SGPS localizadas na chamada Zona Franca da Madeira ou Centro Internacional de Negócios da Madeira, parece-nos interessante analisar quais as consequências fiscais resultantes deste regime.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros/artigos/revistas/monografias/estudos

- AICEP, P. G. (2013). “Portugal – Ficha País – Março 2013”, Retrieved from http://www.portugalembassychina.com/sections/media/com_sec/PortugalFichaPaiss_PT_2013.pdf.
- Brás, Carlos (2008), “Impostos – Teoria Geral”, 2.^a Edição, Coimbra: Almedina.
- Carolino, Hugo (2002), “O objeto contratual e o objeto de facto no regime jurídico das SGPS”, Revista dos Técnicos Oficiais de Contas.
- Cordeiro, António (2004), “Manual de Direito das Sociedades”, I Volume das Sociedades em Geral, Coimbra: Almedina.
- Cordeiro, António (2006), “Manual de Direito das Sociedades”, II Volume das Sociedades em Especial, Coimbra: Almedina.
- Correia, Luísa (2011), “SGPS: Tributação da Alienação de Partes de Capital”, Revista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas – Revisores & Auditores, n.º 53, 30-37.
- Correia, Miguel e Mendes, António (2011), “As alterações aos mecanismos para evitar a dupla tributação económica de lucros distribuídos e o seu impacto no comportamento das empresas”, Revista Fiscalidade n.º 42.
- Costa, Ana (2002), “Regime fiscal das SGPS”, Revista dos Técnicos Oficiais de Contas.
- Deloitte (2013), “Comparison of European Holding Company Regimes”, Retrieved from [http://www.deloitte.com/assets/DcomLatvia/Local%20Assets/Documents/assets%202013/Holding%20companies%20in%20Europe%20\(Jan%202013\).pdf](http://www.deloitte.com/assets/DcomLatvia/Local%20Assets/Documents/assets%202013/Holding%20companies%20in%20Europe%20(Jan%202013).pdf).
- Deloitte (2013), “Compare tax treaty rates”, Retrieved from <https://www.dits.deloitte.com/taxtreatyrates/comparetaxtreatyrates.aspx>.
- Domingues, Rui e Lopes, Cidália (2008), “O regime de tributação do rendimento das SGPS – Estudo comparativo na União Europeia”, Revista dos Técnicos Oficiais de Contas.
- Ferreira, Rogério (2002), “A tributação das mais-valias”, Fisco n.º 101/102, 3-12.

- Ferreira, Rogério (2006), “As SGPS no mundo atual”, Revista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas – Revisores & Auditores, outubro/dezembro, 18-24.
- Ferreira, Rogério (2007), “As SGPS no mundo atual (II)”, Diário Económico, janeiro, 44.
- Fortin, M. F. (1996), “O Processo de Investigação: Da Conceção à Realização”, Loures: Lusociência.
- Galp Energia (2013), “Relatório & Contas 2012”. Retrieved from <http://www.galpennergia.com/PT/investidor/Relatorios-eresultados/relatoriosanuais/Paginas/ultimos-relatorios-anuais.aspx>.
- Guerreiro, Tiago (2003), “O Novo Regime Fiscal das SGPS”, Lisboa: Vida Económica.
- Guerreiro, Tiago (2008), “O novo Regime fiscal das SGPS – Como estruturar e organizar um processo de otimização fiscal”, Vida Económica.
- Guimarães, Joaquim (2008), “A transformação de sociedades”, Revista fiscal n.º 5.
- Pereira, Marisa (2010), “Março é também o mês de repensar o RETGS”, Jornal de Negócios, março.
- Roque, Ana (2005), “Noções Essenciais de Direito Empresarial”, Quórum.
- Simons, A. (1927), “Holding Companies”, London: Sir. Isaac Pitman and Sons, Ltd..
- SOMO, (2013), “Avoiding Tax in Times of Austerity – Energias de Portugal (EDP) and the Role of Netherlands in Tax Avoidance in Europe.
- Sousa, M. J. e Batista, C. S. (2011), “Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios segundo Bolonha”, Lisboa: Pactor.
- Tormenta, Júlio (2011), “As Sociedades de Participações Sociais como Instrumento de Planeamento Fiscal e os seus limites”, 1.ª Edição, Coimbra Editora.
- UNCTAD (2013), “World Investment 2013 – Global Value Chains: Investment and trade for development”.
- Vasconcelos, André (2003), “As SGPS e o imposto sobre o rendimento”, Revista dos Técnicos Oficiais de Contas n.º 36, março.

Legislação

Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro, *Sistema de Normalização Contabilística - Estrutura Concetual*, do Ministério das Finanças, (2009).

Circular n.º 7/2004, de 30 de março, *Regime Fiscal das Sociedades Gestoras de Participações Sociais e Sociedades de Capital de Risco*, (2004).

Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, *Atualiza e flexibiliza os modelos de governo das sociedades anónimas, adota medidas de simplificação e eliminação de atos e procedimentos notariais e registrais e aprova o novo regime jurídico da dissolução e da liquidação de entidades comerciais*, do Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Justiça, (2006).

Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, *Aprova o Estatuto dos Benefícios Fiscais*, do Ministério das Finanças, (1989).

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, *Aprova o Sistema de Normalização Contabilística*, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, (2009).

Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, *Aprova o Código das Sociedades Comerciais*, do Ministério da Justiça, (1986).

Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, *Aprova o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis*, do Ministério das Finanças, (2003).

Decreto-Lei n.º 271/72, de 2 de agosto, *Aprova o Regime das Sociedades de Controlo*, dos Ministérios da Justiça e das Finanças (1972).

Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, *Aprova o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras*, do Ministério das Finanças, (1992).

Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, *Aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares*, do Ministério das Finanças, 277 (1988) e republicado pelo Decreto-Lei n.º 198/2001, de 3 de julho, do Ministério das Finanças, (2001).

Decreto-Lei n.º 442-B/1988, de 30 de novembro, *Aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas*, do Ministério das Finanças, 277 (1988) e

republicado pelo Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, (2009).

Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de dezembro, *Aprova o Regime Jurídico das SGPS*, do Ministério das Finanças, (1988).

Diretiva 90/435/CEE do Conselho, de 23 de julho de 1990, relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados-membros diferentes.

Despacho n.º 66-A/2013, de 2 de janeiro de 2013, *Nomeia a Comissão para a Reforma do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – 2013*, do Ministério das Finanças, (2013).

Diretiva 2011/96/UE do Conselho, de 30 de novembro, *Reformula o regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes*, (2011).

Lei n.º 32-B/2002 de 30 de dezembro, *Orçamento do Estado para 2003*, da Assembleia da República, (2002).

Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, *Orçamento do Estado para 2011*, da Assembleia da República, (2010).

Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, *Orçamento do Estado para 2012*, da Assembleia da República, (2011).

Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, *Orçamento do Estado para 2013*, da Assembleia da República, (2012).

Lei n.º 98/88, de 17 de agosto, *Autorização ao Governo para alterar o regime fiscal das sociedades de controle (holding)*, da Assembleia da República, (1988).

Lei n.º 150/99, de 11 de setembro, *Aprova o Código do Imposto do Selo*, da Assembleia da República, (1999).

Proposta de Lei n.º 175/XII, de 10 de outubro, *Procede à reforma da tributação das sociedades*, (2013).

ANEXOS

**ANEXO I - Tabela prática das convenções para evitar a dupla
tributação celebradas por Portugal, Holanda e Espanha**

Treaty Partner	Portugal				Netherlands				Spain			
	Ownership	Dividends	Interest	Royalties	Ownership	Dividends	Interest	Royalties	Ownership	Dividends	Interest	Royalties
Albania					50/25	0/5/15	0	0	75/10	0/5/10	6	0
Algeria	25	10/15	15	10					10	5/15	5	7/14
Argentina					25	10/15	0	0	Pending			
Armenia					10	5/15	0	0	25	0/10	5	5/10
Aruba					0/25	5/7.5/15	0	0				
Australia					-	15	0	0	-	15	10	10
Austria	-	0/15	0/10	0/5/10	25	0/5/15	0	0	50	0/10/15	0/5	0/5
Azerbaijan					25	5/10	0	0	-	18	0	0/5
Bahrain					10	0/10	0	0				
Bangladesh					10	10/15	0	0				
Barbados	Pending				10	0/15	0	0	25	0/5	0	0
Belarus					25	5/15	0	0	-	18	0	0/5
Belgium	-	0/15	0/15	0/10	10	0/5/15	0	0	25	0/15	0/10	0/5
Bolivia									25	10/15	0/15	0/15
Bosnia-Herzegovina									20	5/10	7	7
Brazil	25	10/15	15	15	-	15	0	0	-	15	10/15	10/15
Bulgaria	25	0/10/15	0/10	0/10	25	0/5/15	0	0	25	0/5/15	0	0
Canada	25	10/15	10	10	10/25	5/15	0	0	-	15	15	0/10
Cape Verde	-	10	10	10								
Chile	25	10/15	5/10/15	5/10					20	5/10	5/15	5/10
China	-	10	10	10	-	10	0	0	-	10	10	10
Colombia	Pending								20	0/5	10	10
Costa Rica									20	5/12	5/10	10
Croatia					10	0/15	0	0	25	0/15	0/8	8
Cuba	25	0/5/10	10	5					25	5/15	10	5

Treaty Partner	Portugal				Netherlands				Spain			
	Ownership	Dividends	Interest	Royalties	Ownership	Dividends	Interest	Royalties	Ownership	Dividends	Interest	Royalties
Cyprus	Pending								Pending			
Czech Republic	25	0/10/15	0/10	0/10	25	0/10	0	0	25	0/5/15	0	0/5
Denmark	-	0/10	0/10	0/10	10	0/15	0	0				
Dominican Republic									Pending			
Ecuador									-	15	0/5/10	5/10
Egypt					25	0/15	0	0	25	9/12	10	12
El Salvador									50	0/12	10	10
Estonia	-	0/10	0/10	0/10	25	0/5/15	0	0	25	0/5/15	0/10	0/5/10
Ethiopia					Pending							
Finland	25	0/10/15	0/15	0/10	5	0/15	0	0	25	0/10/15	0/10	0/5
France	-	0/15	0/10/12	0/5	25	0/5/15	0	0	10	0/15	0/10	0/5
Georgia					50/10	0/5/15	0	0	10	0/10	0	0
Germany	-	0/15	0/10/15	0/10	25	0/10/15	0	0	10	0/5/15	0	0
Ghana					10	5/8	0	0				
Greece	-	0/15	0/15	0/10	25	0/5/15	0	0	25	0/5/10	0/8	0/6
Guinea-Bissau	-	10	10	10								
Hong Kong	10	5/10	10	5	50/10	0/10	0	0	Pending			
Hungary	25	0/10/15	0/10	0/10	25	0/5/15	0	0	25	0/5/15	0	0
Iceland	25	10/15	10	10	10	0/15	0	0	25	5/15	5	5
India	25	10/15	10	10	10	5/15	0	0	-	15	15	10
Indonesia	-	10	10	10	-	10	0	0	25	10/15	10	10
Iran									20	5/10	0/7.5	5
Ireland	-	0/15	0/15	0/10	25	0/15	0	0	-	0/15	0	0/5/8/10
Israel	25	5/10/15	10	10	25	5/10/15	0	0	-	10	5/10	5/7
Italy	-	0/15	0/15	0/12	50/10	0/5/10/15	0	0	-	0/15	0/12	4/8

Treaty Partner	Portugal				Netherlands				Spain			
	Ownership	Dividends	Interest	Royalties	Ownership	Dividends	Interest	Royalties	Ownership	Dividends	Interest	Royalties
Jamaica									25	5/10	10	10
Japan	Pending				50/10	0/5/10	0	0	25	10/15	10	10
Jordan					10	5/15	0	0				
Kazakhstan					10	5/15	0	0	10	5/15	10	10
Korea (R.O.K.)	25	10/15	15	10	25	10/15	0	0	25	10/15	10	10
Kuwait	Pending				10	0/10	0	0	10	0/5	0	5
Kyrgyzstan									-	18	0	0/5
Latvia	-	0/10	0/10	0/10	25	0/5/15	0	0	25	0/5/10	0/10	0/5/10
Lithuania	-	0/10	0/10	0/10	25	0/5/15	0	0	25	0/5/15	0/10	0/5/10
Luxembourg	-	0/15	0/10/15	0/10	25	0/2.5/15	0	0	25	0/10/15	0/10	0/10
Macao	-	10	10	10								
Macedonia					10	0/15	0	0	10	5/15	0/5	5
Malawi					-	0	0	0				
Malaysia					25	0/15	0	0	5	0/10	10	7
Malta	25	0/10/15	0/10	0/10	25	0/5/15	0	0	25	0/5	0	0
Mexico	-	10	10	10	10	5/15	0	0	25	5/15	10/15	10
Moldova	25	5/10	10	8	25	5/15	0	0	50/25	0/5/10	5	8
Mongolia					10	0/15	0	0				
Montenegro					25	5/15	0	0				
Morocco	25	10/15	12	10	25	10/15	0	0	25	10/15	10	5/10
Mozambique	-	10	10	10								
Netherlands	-	0/10	0/10	0/10					50/25	0/10/15	0/10	0/6
Netherlands Antilles					25	8.3/15	0	0				
New Zealand					-	15	0	0	-	15	10	10
Nigeria					10	12.5/15	0	0	Pending			

Treaty Partner	Portugal				Netherlands				Spain			
	Ownership	Dividends	Interest	Royalties	Ownership	Dividends	Interest	Royalties	Ownership	Dividends	Interest	Royalties
Norway	10	5/15	10	10	25	0/15	0	0	25	10/15	0/10	5
Oman					10	0/10	0	0				
Pakistan	25	10/15	10	10	25	10/15	0	0	50/25	5/7.5/10	10	7.5
Panama	10	10/15	10	10	15/50	0/15	0	0	80/40	0/5/10	5	5
Peru	Pending								Pending			
Philippines					10	10/15	0	0	10	10/15	10/15	10/15/20
Poland	25	0/10/15	0/10	0/10	10	0/5/15	0	0	25	0/5/15	0	0/10
Portugal					-	0/10	0	0	25	0/10/15	0/15	0/5
Qatar	Pending				7.5	0/10	0	0				
Romania	25	0/10/15	0/10	0/10	25/10	0/5/15	0	0	25	0/10/15	0/10	0/10
Russia	25	10/15	10	10	25	5/15	0	0	-	5/10/15	0/5	5
San Marino	Pending											
Saudi Arabia					10	5/10	0	0	25	0/5	5	8
Senegal									Pending			
Serbia					25	5/15	0	0	25	5/10	10	5/10
Singapore	-	10	10	10	25	0/15	0	0	10	0/5	5	5
Slovakia	25	0/10/15	0/10	0/10	25	0/10	0	0	25	0/5/15	0	0/5
Slovenia	25	0/5/15	0/10	0/5	10	0/5/15	0	0	25	0/5/15	0/5	0/5
South Africa	25	10/15	10	10	10	0/15	0	0	25	5/15	0/5	5
Spain	25	0/10/15	0/15	0/5	25/50	0/5/15	0	0				
Sri Lanka					25	10/15	0	0				
Suriname					25	7.5/15	0	0				
Sweden	-	0/10	0/10	0/10	25	0/15	0	0	50	0/10/15	0/15	0/10
Switzerland	25	0/10/15	0/10	0/5	10	0/15	0	0	10	0/15	0	0/5
Taiwan					-	10	0	0				

Treaty Partner	Portugal				Netherlands				Spain			
	Ownership	Dividends	Interest	Royalties	Ownership	Dividends	Interest	Royalties	Ownership	Dividends	Interest	Royalties
Tajikistan									-	18	0	0/5
Thailand					25	5/15	0	0	-	10	10/15	5/8/15
Timor-Leste	Pending											
Trinidad & Tobago									25	5/10	8	5
Tunisia	-	15	15	10	10	0/15	0	0	50	5/15	5/10	10
Turkey	25	5/15	10/15	10	25	5/15	0	0	25	5/15	10/15	10
Turkmenistan									-	18	0	0/5
Uganda					50	0/5/15	0	0				
Ukraine	25	10/15	10	10	50/20	0/5/15	0	0	-	18	0	0/5
United Arab Emirates	10	5/15	10	5	10	5/10	0	0	10	5/15	0	0
United Kingdom	25	0/10/15	0/10	0/5	10	0/10/15	0	0	10	0/10/15	0/12	0/10
United States	25	5/15	10	10	80/10	0/5/10/15	0	0	25	10/15	0/10	5/8/10
Uruguay	25	5/10	10	10					-	5	10	5/10
Uzbekistan	Pending				25	5/15	0	0				
Venezuela	-	10	10	10/12	25	0/10	0	0	25	0/10	0	5
Vietnam					50/25	5/10/15	0	0	50/25	7/10/15	10	10
Zambia					25	5/15	0	0				
Zimbabwe					25	10/15	0	0				

Fonte: Deloitte (2013).